

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

ambev

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.547.817	2.657.537	17.090.335	11.900.666
Aplicações financeiras	6	9.172	1.082.865	1.700.028	14.558
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	505.933	172.147
Contas a receber	7	3.491.287	2.626.819	4.303.138	4.495.525
Estoques	8	3.104.004	3.174.761	7.605.905	5.978.557
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		941.348	1.186.845	1.759.247	1.831.401
Impostos a recuperar	9	717.832	1.469.000	1.527.895	2.242.726
Outros ativos		480.854	761.586	850.133	985.557
Ativo circulante		13.292.314	12.959.413	35.342.614	27.621.137
Aplicações financeiras	6	152.446	118.990	213.907	163.570
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	3.403	1.221
Contas a receber	7	54.322	54.322	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.491.377	4.321.736	4.495.002	4.331.901
Impostos a recuperar	9	5.122.333	242.387	5.695.806	671.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.696.886	1.103.128	4.560.808	2.950.109
Outros ativos		1.413.164	1.279.851	2.141.596	1.751.699
Benefícios a funcionários	18	4.331	5.773	33.648	56.228
Investimentos	11	82.132.552	66.193.421	337.427	303.423
Imobilizado	12	12.168.384	11.881.480	24.768.355	22.576.299
Intangível	13	925.731	892.324	7.580.556	6.306.364
Ágio	14	281.858	281.858	40.023.457	35.009.909
Ativo não circulante		108.443.384	86.375.270	89.853.965	74.121.807
Total do ativo		121.735.698	99.334.683	125.196.579	101.742.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL (CONTINUAÇÃO)**Exercícios findos em 31 de dezembro***(em milhares de reais)***ambev**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Contas a pagar	15	12.411.833	9.685.133	19.339.223	15.069.575
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	329.768	355.314
Empréstimos e financiamentos	16	2.100.584	347.942	2.738.773	653.149
Conta garantida	5	-	-	-	24
Salários e encargos		354.459	372.696	925.531	833.025
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		1.712.994	445.079	2.454.741	956.560
Imposto de renda e contribuição social a recolher		294.638	435.215	1.167.347	1.394.178
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.033.748	2.918.407	4.549.521	4.108.521
Outros passivos		1.183.037	884.834	1.848.148	1.530.654
Provisões	17	93.721	93.780	124.912	110.033
Passivo circulante		21.185.014	15.183.086	33.477.964	25.011.033
Contas a pagar	15	19.786.344	16.569.431	655.872	309.567
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	20	56
Empréstimos e financiamentos	16	1.019.590	1.373.215	2.053.455	2.409.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	3.043.362	2.371.098
Imposto de renda e contribuição social a recolher		442.124	475.053	1.912.658	2.219.551
Impostos, taxas e contribuições a recolher		679.769	697.367	684.260	645.155
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		4.100.374	3.060.264	4.226.731	3.145.393
Provisões	17	304.261	285.377	447.086	370.972
Benefícios a funcionários	18	402.594	412.865	3.544.047	2.704.459
Passivo não circulante		26.735.056	22.873.572	16.567.491	14.175.906
Total do passivo		47.920.070	38.056.658	50.045.455	39.186.939
Patrimônio líquido	19				
Capital social		57.899.073	57.866.759	57.899.073	57.866.759
Reservas		80.905.572	75.685.730	80.905.572	75.685.730
Ajuste de avaliação patrimonial		(64.989.017)	(72.274.464)	(64.989.017)	(72.274.464)
Patrimônio líquido de controladores		73.815.628	61.278.025	73.815.628	61.278.025
Participação de não controladores		-	-	1.335.496	1.277.980
Total do patrimônio líquido		73.815.628	61.278.025	75.151.124	62.556.005
Total do passivo e patrimônio líquido		121.735.698	99.334.683	125.196.579	101.742.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**Exercícios findos em 31 de dezembro***(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***ambev**

	Nota	Controladora	
		2020	2019 ⁽ⁱ⁾
Receita líquida	21	28.160.830	26.062.803
Custo dos produtos vendidos	23	(16.870.694)	(14.028.587)
Lucro bruto		11.290.136	12.034.216
Despesas logísticas		(3.172.961)	(2.570.067)
Despesas comerciais		(2.765.683)	(2.471.373)
Despesas administrativas		(1.490.407)	(1.532.171)
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	3.197.528	1.272.405
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	11	3.734.741	6.127.263
Reestruturação	24	(39.809)	(32.831)
Anistia Estadual	24	-	(290.084)
Impactos COVID-19	24	(121.386)	-
Lucro operacional		10.632.159	12.537.358
Despesas financeiras	25	(3.004.563)	(2.742.243)
Receitas financeiras	25	3.602.235	919.527
Resultado financeiro, líquido		597.672	(1.822.716)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		11.229.831	10.714.642
Imposto de renda e contribuição social	26	149.563	1.065.323
Lucro líquido do exercício		11.379.394	11.779.965
Lucro por ação ordinária (básico) - R\$	19	0,7233	0,7490
Lucro por ação ordinária (diluído) - R\$	19	0,7171	0,7423

(i) Saldos ajustados para fins comparativos conforme mudança de política contábil, vide Nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**Exercícios findos em 31 de dezembro***(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***ambev**

	Nota	Consolidado	
		2020	2019 ⁽ⁱ⁾
Receita líquida	21	58.378.995	52.005.120
Custo dos produtos vendidos	23	(27.066.099)	(21.678.159)
Lucro bruto		31.312.896	30.326.961
Despesas logísticas		(8.245.029)	(6.951.417)
Despesas comerciais		(6.374.558)	(5.696.119)
Despesas administrativas		(2.948.480)	(2.679.967)
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	2.679.355	1.472.660
Custos decorrentes de combinação de negócios	24	(18.202)	-
Reestruturação	24	(146.493)	(101.765)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	24	(9.315)	(5.387)
Anistia Estadual	24	-	(290.084)
Impactos COVID-19	24	(263.248)	-
Recolha de Stella	24	(14.752)	-
Lucro operacional		15.972.174	16.074.882
Despesas financeiras	25	(5.430.468)	(4.748.433)
Receitas financeiras	25	2.996.019	1.638.866
Resultado financeiro, líquido		(2.434.449)	(3.109.567)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto		(43.284)	(22.310)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.494.441	12.943.005
Imposto de renda e contribuição social	26	(1.762.532)	(754.673)
Lucro líquido do exercício		11.731.909	12.188.332
Atribuído à:			
Participação dos controladores		11.379.394	11.779.965
Participação dos não controladores		352.515	408.367
Lucro por ação ordinária (básico) - R\$	19	0,7233	0,7490
Lucro por ação ordinária (diluído) - R\$	19	0,7171	0,7423

(i) Saldos ajustados para fins comparativos conforme mudança de política contábil, vide Nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**Exercícios findos em 31 de dezembro***(em milhares de reais)***ambev**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	11.379.394	11.779.965	11.731.909	12.188.332
Itens que não serão reciclados para o resultado:				
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	(252.348)	(104.768)	(258.027)	(106.218)
Itens a serem posteriormente reciclados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	(3.146)	-	(3.146)	-
<i>Hedge</i> de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(371.749)	25.212	(371.749)	25.212
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	7.867.948	(531.047)	8.061.077	(547.667)
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	7.493.053	(505.835)	7.686.182	(522.455)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	1.836.976	788.606	1.837.946	788.068
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>) e incluído no resultado	(1.737.500)	(920.764)	(1.736.468)	(919.358)
Total <i>hedge</i> de fluxo de caixa	99.476	(132.158)	101.478	(131.290)
Outros resultados abrangentes	7.340.181	(742.761)	7.529.633	(759.963)
Resultado abrangente do exercício	18.719.575	11.037.204	19.261.542	11.428.369
Atribuído à:				
Participação dos controladores	18.719.575	11.037.204	18.719.575	11.037.204
Participação de não controladores	-	-	541.967	391.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações do resultado abrangente estão apresentadas líquidas do imposto de renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na Nota 10 - *Imposto de renda e contribuição social diferidos*.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

ambev

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2019	57.710.202	54.781.194	15.341.367	-	(71.584.756)	56.248.007	1.206.801	57.454.808
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.779.965	-	11.779.965	408.367	12.188.332
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(505.835)	(505.835)	(16.620)	(522.455)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(132.158)	(132.158)	868	(131.290)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(104.768)	(104.768)	(1.450)	(106.218)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	11.779.965	(742.761)	11.037.204	391.165	11.428.369
Aumento de capital (Nota 19)	156.557	(143.742)	-	-	-	12.815	-	12.815
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	1.430.343	-	1.430.343	(2.808)	1.427.535
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	-	70.000	70.000	-	70.000
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(466)	(466)	78.833	78.367
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(4.658)	(4.658)	-	(4.658)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(396.011)	(396.011)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(7.717.420)	-	(7.717.420)	-	(7.717.420)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(28.886)	-	-	-	(28.886)	-	(28.886)
Pagamentos baseados em ações	-	202.896	-	-	-	202.896	-	202.896
Dividendos prescritos/(complemento)	-	-	-	28.190	-	28.190	-	28.190
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (Nota 19)	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.352.122	(1.352.122)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	4.180.779	(4.180.779)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.866.759	54.811.462	20.874.268	-	(72.274.464)	61.278.025	1.277.980	62.556.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

ambev

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2020	57.866.759	54.811.462	20.874.268	-	(72.274.464)	61.278.025	1.277.980	62.556.005
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.379.394	-	11.379.394	352.515	11.731.909
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	7.493.053	7.493.053	193.129	7.686.182
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	99.476	99.476	2.002	101.478
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(252.348)	(252.348)	(5.679)	(258.027)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	11.379.394	7.340.181	18.719.575	541.967	19.261.542
Aumento de capital (Nota 19)	32.314	(32.314)	-	-	-	-	-	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	1.344.887	-	1.344.887	(2.537)	1.342.350
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	-	(37.446)	(37.446)	-	(37.446)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	428	428	501	929
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(5.893)	(5.893)	-	(5.893)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.206.868)	-	(1.206.868)	(482.415)	(1.689.283)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(6.509.499)	-	(6.509.499)	-	(6.509.499)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	13.498	-	-	-	13.498	-	13.498
Pagamentos baseados em ações	-	192.865	-	-	-	192.865	-	192.865
Dividendos prescritos/(complemento)	-	-	-	26.056	-	26.056	-	26.056
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (Nota 19)	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.332.752	(1.332.752)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	3.713.041	(3.713.041)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.899.073	54.985.511	25.920.061	-	(64.989.017)	73.815.628	1.335.496	75.151.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

ambev

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício		11.379.394	11.779.965	11.731.909	12.188.332
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		2.823.394	2.633.570	5.167.350	4.675.228
Perda por <i>impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber		152.442	84.951	296.140	149.271
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		115.930	417.910	239.690	507.660
Resultado financeiro líquido	25	(597.672)	1.822.716	2.434.449	3.109.567
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(80.036)	(41.464)	(78.762)	(73.913)
Despesa com pagamentos baseados em ações	28	171.015	153.934	208.709	205.702
Imposto de renda e contribuição social	26	(149.563)	(1.065.323)	1.762.532	754.673
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		(3.734.741)	(6.127.263)	43.284	22.310
Outros itens que não afetam o caixa incluídos no lucro		-	-	(1.769.893)	(1.080.668)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões		10.080.163	9.658.996	20.035.408	20.458.162
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber		(3.089.674)	(456.835)	(848.788)	(721.935)
(Aumento)/redução nos estoques		(71.676)	(639.886)	(1.303.432)	(844.064)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar		699.319	3.039.039	3.049.790	1.381.977
Geração de caixa das atividades operacionais		7.618.132	11.601.314	20.932.978	20.274.140
Juros pagos		(1.152.232)	(1.066.250)	(768.785)	(405.114)
Juros recebidos		146.594	251.267	320.296	543.333
Dividendos recebidos		1.616.610	703.595	13.752	4.166
Imposto de renda e contribuição social (pagos)/creditados		2.059.435	(394.163)	(1.642.461)	(2.035.266)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		10.288.539	11.095.763	18.855.780	18.381.259
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		86.534	50.658	108.015	190.816
Proventos da venda de operações em subsidiárias		-	-	-	205.379
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(3.033.028)	(3.063.704)	(4.692.695)	(5.069.405)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		-	-	(431.507)	(98.075)
Aquisição de outros investimentos		(1.689.113)	(400.969)	(19.076)	(62.126)
(Aplicação financeira)/proventos líquidos de títulos de dívida		1.962.105	(571)	(1.764.308)	(8.046)
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		76.000	10.000	-	2.867
Provento na venda de participação de investimento para controlada		36.023	1.719.305	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.561.479)	(1.685.281)	(6.799.571)	(4.838.590)
Aumento de capital		-	12.815	-	12.815
Aumento/(redução) de capital em não controladores		-	-	659	(26.724)
Proventos/(recompra) de ações		(2.672)	(72.110)	(7.395)	(32.044)
Aquisição de participação de não controladores		-	-	-	(482)
Proventos de empréstimos		2.351.174	163.310	3.767.859	946.052
Liquidação de empréstimos		(627.604)	(460.541)	(2.042.875)	(2.352.675)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(675.132)	(699.382)	(2.971.487)	(2.421.901)
Pagamento de passivos de arrendamento		(424.414)	(276.970)	(498.485)	(537.167)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(6.458.132)	(7.693.942)	(6.850.271)	(7.871.338)
Fluxo de caixa de atividades financeiras		(5.836.780)	(9.026.820)	(8.601.995)	(12.283.464)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		1.890.280	383.662	3.454.214	1.259.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício ⁽ⁱ⁾		2.657.537	2.273.875	11.900.642	11.463.498
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa		-	-	1.735.479	(822.061)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício ⁽ⁱ⁾		4.547.817	2.657.537	17.090.335	11.900.642

(i) Líquido de conta garantida.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**Exercícios findos em 31 de dezembro***(em milhares de reais)***ambev**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	52.596.211	46.850.134	90.116.499	79.589.129
Vendas mercadorias, produtos e serviços	49.867.196	46.626.716	88.156.331	79.473.627
Outras receitas/(despesas) líquidas	2.754.968	234.378	2.063.125	154.993
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(25.953)	(10.960)	(102.957)	(39.491)
Insumos adquiridos de terceiros	(24.103.959)	(19.851.503)	(38.610.116)	(31.166.492)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(19.675.924)	(16.157.381)	(27.651.734)	(21.981.152)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.345.176)	(3.633.381)	(10.771.829)	(9.032.294)
Perda de valores ativos	(82.859)	(60.741)	(186.553)	(153.046)
Valor adicionado bruto	28.492.252	26.998.631	51.506.383	48.422.637
Retenções	(2.740.535)	(2.572.829)	(4.980.797)	(4.522.182)
Depreciação e amortização	(2.740.535)	(2.572.829)	(4.980.797)	(4.522.182)
Valor adicionado líquido produzido	25.751.717	24.425.802	46.525.586	43.900.455
Valor adicionado recebido em transferência	7.402.086	7.132.045	2.403.512	1.271.636
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	3.734.741	6.127.263	(43.284)	(22.310)
Receitas financeiras	3.602.235	919.527	2.996.019	1.638.866
Outros	65.110	85.255	(549.223)	(344.920)
Valor adicionado total a distribuir	33.153.803	31.557.847	48.929.098	45.172.091
Distribuição do valor adicionado	33.153.803	31.557.847	48.929.098	45.172.091
Pessoal	2.066.249	2.108.766	5.446.674	4.831.364
Remuneração direta	1.644.498	1.715.761	4.907.312	4.323.359
Benefícios	192.758	170.570	251.803	229.362
Fundo de garantia por tempo de serviço	98.986	98.255	125.058	123.043
Outros	130.007	124.180	162.501	155.600
Impostos, taxas e contribuições	16.877.617	14.986.332	26.530.709	23.388.888
Federais	4.165.803	2.716.785	10.168.026	8.034.601
Estaduais	12.687.213	12.246.613	16.329.747	15.323.893
Municipais	24.601	22.934	32.936	30.394
Remuneração de capitais de terceiros	2.830.543	2.682.784	5.219.806	4.763.507
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	2.806.624	2.635.514	5.095.429	4.546.350
Aluguéis	23.919	47.270	124.377	217.157
Remuneração de capitais próprios	11.379.394	11.779.965	11.731.909	12.188.332
Juros sobre o capital próprio	6.509.499	7.717.420	6.509.499	7.717.420
Dividendos	1.206.868	-	1.206.868	-
Lucros retidos	3.663.027	4.062.545	3.663.027	4.062.545
Participação de não controladores	-	-	352.515	408.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

1	INFORMAÇÕES GERAIS	11
2	DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	15
3	SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
4	USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	43
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	45
7	CONTAS A RECEBER	45
8	ESTOQUES	46
9	IMPOSTOS A RECUPERAR	47
10	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	47
11	INVESTIMENTOS	51
12	IMOBILIZADO	52
13	INTANGÍVEL	56
14	ÁGIO	58
15	CONTAS A PAGAR	61
16	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	62
17	PROVISÕES	64
18	BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS	67
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
20	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	80
21	RECEITA LÍQUIDA	82
22	OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	83
23	INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	83
24	ITENS NÃO RECORRENTES	84
25	DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	85
26	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	86
27	FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS	88
28	PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	88
29	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS	91
30	GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS	107
31	CONTINGÊNCIAS	108
32	ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA	117
33	PARTES RELACIONADAS	117
34	COMPANHIAS DO GRUPO	124
35	SEGUROS	126

1 INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia”, “Ambev” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo” ou “Consolidado”), com sede em São Paulo - SP, tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*-NYSE) sob o código “ABEV”, respectivamente.

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“IIBV”), a AmBrew S.à.r.l. (“Ambrew”), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas, em forma definitiva, pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

(b) Principais eventos ocorridos em 2020 e 2019

Impactos COVID-19

O surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), ou COVID-19, em escala global aumentou a volatilidade dos mercados nacional e internacional e vem afetando as economias dos países nos quais atuamos e, conseqüentemente, os resultados de nossas operações. A resposta à pandemia do COVID-19 desenvolveu-se rapidamente em todo o globo, de maneira fluida e incerta: além de quarentenas voluntárias e, em alguns casos, obrigatórias, foram também determinadas paralisações e restrições a viagens e atividades comerciais, sociais, dentre outras, bem como a proibição de distribuição, venda e consumo de bebida alcoólica em alguns países em que operamos, afetando diretamente nossa capacidade de comercialização e disponibilização de produtos e a demanda final dos consumidores pelos nossos produtos.

O impacto da pandemia em nossas operações e as restrições impostas por cada governo como resposta geraram, principalmente a partir de março de 2020, mudanças significativas na dinâmica de mercado tanto no canal de vendas *off-trade*, composto por supermercados e semelhantes, quanto no canal *on-trade*, composto por bares e restaurantes. Nos países que apresentam maior nível de renda, mercado de cerveja mais maduro e maior peso do canal de vendas *off-trade*, como o Canadá, o impacto

negativo sobre o volume de vendas tem sido menor. Já nos países com menor nível de renda e menor maturidade do mercado de cerveja, a tendência do volume varia de acordo com a segmentação do mercado entre os canais *on-trade* e *off-trade*, de modo que observamos maior redução de volume quanto maior for o peso do canal *on-trade*. Em todos os casos, quanto mais severas as restrições à comercialização e consumo de nossos produtos, maior a redução de volume, motivo pelo qual a Bolívia e o Panamá estão entre os países mais afetados. Por outro lado, observamos em todos os países em que operamos um aumento das vendas via *e-commerce*, ainda que esse canal represente somente uma pequena parcela do volume total da Companhia.

Ao longo do quarto trimestre de 2020, a implementação da estratégia da Companhia, o relaxamento incipiente de restrições em algumas regiões e o impacto de auxílios governamentais sobre a renda disponível de consumidores em alguns países, levaram a uma gradual melhora da tendência de volume na maior parte de nossas operações, especialmente no Brasil. Os países mais afetados, Bolívia e Panamá também apresentaram relaxamento nas restrições impostas à circulação de pessoas e produção de bebidas. Contudo, ainda há incerteza quanto a probabilidade de novas restrições por cada governo em atividades comerciais e operacionais, bem como quanto aos efeitos econômicos no mercado financeiro, taxas de câmbio, dentre outros. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações, além de volatilidade no preço de negociação de nossas ações. No entanto, estamos administrando com disciplina nossos recursos de liquidez e capital. Dessa forma, a administração conclui que não há dúvidas sobre a capacidade da Companhia em continuar com suas operações.

Conforme requerido pelo IAS 1 / CPC 26, a Administração da Companhia atualizou as análises sobre o impacto da pandemia de COVID-19, considerando a data base de 31 de dezembro de 2020, que envolveu, principalmente, (i) a revisão das premissas do teste anual de *impairment*, conforme descrito na Nota 14 - *Ágio*, (ii) análise de eventuais perdas de crédito e obsolescência de estoques, (iii) análise da recuperabilidade de impostos diferidos, (iv) avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, entre outras análises.

Eventuais impactos derivados dessas análises estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e nas notas explicativas. Adicionalmente, em virtude das ações de proteção de seus funcionários e as doações realizadas, a Companhia incorreu em despesas não recorrentes que totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$263.248 conforme demonstrado na Nota 24 - *Itens não recorrentes*.

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

A Companhia e a E. León Jimenes, S.A. ("ELJ"), na qualidade de acionistas da Tenedora CND, S.A. ("Tenedora") - holding com sede na República Dominicana, titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. - celebraram, em 02 de Julho de 2020, o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Tenedora ("Acordo de Acionistas"), visando estender sua parceria no país, postergando, para tanto, o prazo para exercício das opções de compra e venda previstas no referido Acordo de Acionistas. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. O detalhamento das premissas utilizadas para essa opção está descrito na Nota 29 (item IV (d)).

Contrato de distribuição Cervecería Chile S.A.

Em 16 de agosto de 2020, a Cervecería Chile S.A., subsidiária da Companhia no Chile, celebrou um contrato de distribuição de longo prazo com Embotelladora Andina S.A., Coca-Cola Embonor S.A. e Embotelladora Iquique S.A. (as "Distribuidoras"), por meio do qual concedeu o direito às Distribuidoras de vender e distribuir certas marcas do portfólio da Companhia com exclusividade em determinadas zonas e canais de venda do Chile.

Prorrogação do contrato com PepsiCo Bolívia

O contrato de longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Cervecería Boliviana Nacional, subsidiária da Companhia na Bolívia, detém o direito exclusivo para produzir, vender e distribuir certas marcas do portfólio da PepsiCo na Bolívia, foi aditado em 1º junho de 2020, para prorrogar o prazo por mais 10 anos e para refletir determinadas alterações no acordo comercial entre as partes.

Novas aquisições

Em 22 de janeiro de 2020, adquirimos a G&W Distilling Inc., empresa que produz um portfólio de bebidas alcoólicas prontas para consumo (*ready-to-drink*), através de nossa subsidiária Labatt Brewing Company Limited.

Contrato de distribuição Red Bull

Em 7 de novembro de 2019, celebramos um contrato de distribuição de longo prazo com a Red Bull do Brasil Ltda. ("Red Bull"), por meio do qual nos foi concedido o direito

exclusivo de vender e distribuir certas marcas do portfólio da Red Bull em determinados pontos de venda do pequeno varejo no Brasil. Também temos contratos com a Red Bull para distribuição de seu portfólio em alguns poucos canais na Argentina e na República Dominicana.

Informações divulgadas na imprensa

No terceiro trimestre de 2019 foram publicadas notícias de imprensa relativas a supostos vazamentos de alegações do Sr. Antonio Palocci em procedimento judicial, o qual foi posteriormente acessado pela Companhia. Conforme já informado em Comunicado ao Mercado publicado em 9 de agosto de 2019, a Companhia, de forma consistente com seu Código de Conduta de Negócios e seus princípios, manteve-se comprometida com o adequado acompanhamento e exame do tema. A esse respeito, a Companhia não identificou evidência que suporte as alegações do Sr. Antonio Palocci de conduta ilegal por parte da Ambev.

A Companhia reitera o seu compromisso em conduzir os seus negócios de maneira ética e legal e seguirá monitorando o tema, bem como estará à disposição para prestar eventuais esclarecimentos necessários às autoridades.

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros - *Equity Swap*

Em 19 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração pela Companhia ou suas subsidiárias, de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados *equity swap*), por meio de instituições financeiras a serem definidas pela diretoria da Companhia, tendo por referência ações de emissão da Companhia ou *American Depositary Receipts* com lastro nestas ações (“ADRs”), sem impacto na liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,5 bilhão.

Em 13 de maio de 2020, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de *equity swap*, sem impacto na liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 65 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,0 bilhão.

Em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de *equity swap*, sem impacto na liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* ainda em vigor. A liquidação dos novos contratos de *equity swap* aprovados deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da referida aprovação, sendo que tais contratos poderão acarretar exposição em até 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,2 bilhão e, somados ao saldo dos contratos já celebrados no contexto das aprovações de 19 de dezembro de 2019 e 13 de maio de 2020 e ainda não liquidados, poderão acarretar exposição equivalente a até 137.014.453 de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADRs).

Aditivo ao contrato com PepsiCo

O contrato de longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Companhia detém o direito exclusivo para engarrafar, vender e distribuir certas marcas do portfólio da PepsiCo de refrigerantes no Brasil, inclusive Pepsi Cola, Gatorade, H2OH! e Lipton Ice Tea, foi aditado em outubro de 2018, para refletir determinadas alterações no acordo comercial entre as partes. Os novos termos do contrato foram aprovados pelo CADE em dezembro de 2018 e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. O contrato vigorará até 31 de dezembro de 2027.

2 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2020, e divulgam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela administração no desempenho de suas funções.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2020, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pela descrita abaixo.

Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil para reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos considerava até 30 de setembro de 2020 a conta contábil de origem do crédito ou débito. Por exemplo, o custo dos produtos vendidos era a conta contábil de origem para reconhecer a recuperação de créditos extemporâneos na aquisição de insumos, da mesma maneira que a despesa de depreciação era a conta contábil de origem dos créditos extemporâneos na aquisição de ativo imobilizado. Seguindo essa política contábil, a qual estava sendo aplicada de maneira consistente, os créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS vinham sendo reconhecidos como redutor da despesa com imposto sobre vendas, afetando positivamente a receita líquida até 30 de setembro de 2020.

Como mencionado em nosso terceiro trimestre de 2020 na nota explicativa 31 de contingências, na seção “Contingências Ativas”, a Companhia (i) obteve trânsito em julgado (a) de ações de empresas incorporadas que pleiteiam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidos com a inclusão do ICMS e/ou ICMS-ST referente ao período de 1990 em diante e (b) de ação da Companhia e suas controladas e incorporadas especificamente para o período em que vigorava o Regime Especial de Bebidas Frias – “REFRI” (2009 a 2015), e (ii) aguarda finalização de ações relacionadas ao modelo atual de tributação de bebidas frias (“Novo Modelo Tributário”) – 2015 em diante. Os valores envolvidos nas ações referidas nos itens (i.b) e (ii) são expressivamente superiores aos que vinham sido reconhecidos até então, tanto de créditos da mesma natureza, quanto de recuperações ou pagamentos tributários de naturezas diversas.

Dado que a manutenção da política contábil para reconhecimento dos créditos oriundos do trânsito em julgado das ações mencionadas acima poderia trazer análise distorcida da performance do ano em função do aumento expressivo nos valores dos créditos, a Companhia realizou a mudança de sua política contábil para contabilização de créditos e pagamentos extemporâneos de impostos, de qualquer natureza, na rubrica de “Outras receitas/(despesas) operacionais”, não mais seguindo a conta contábil de origem, excetuando-se pagamentos de anistias, cuja contabilização se mantém em resultados não recorrentes, dada sua natureza pontual. Ressaltamos que

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

a mudança de política contábil não altera o lucro líquido, quadros patrimoniais outrora apresentados, tampouco os valores registrados na rubrica de resultados financeiros.

Conforme determina o CPC 23/IAS 8, a mudança de política é aplicada, a partir de 1º de outubro de 2020 e, para fins comparativos, os saldos relevantes de créditos e pagamentos extemporâneos de 2019 foram reclassificados da conta de origem para “Outras receitas/(despesas) operacionais”, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		
	2019		
	Originalmente Apresentado	Ajuste ⁽ⁱ⁾	Reapresentado
Receita líquida	26.585.322	(522.519)	26.062.803
Custo dos produtos vendidos	(14.028.587)	-	(14.028.587)
Lucro bruto	12.556.735	(522.519)	12.034.216
Demais rubricas, não ajustadas	(769.263)	-	(769.263)
Outras receitas/(despesas) operacionais	749.886	522.519	1.272.405
Lucro operacional	12.537.358	-	12.537.358
Despesas financeiras	(2.742.243)	-	(2.742.243)
Receitas financeiras	919.527	-	919.527
Resultado financeiro, líquido	(1.822.716)	-	(1.822.716)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.714.642	-	10.714.642
Imposto de renda e contribuição social	1.065.323	-	1.065.323
Lucro líquido do exercício	11.779.965	-	11.779.965
Lucro por ação ordinária (básico) - R\$	0,7490	-	0,7490
Lucro por ação ordinária (diluído) - R\$	0,7423	-	0,7423

(i) O valor reconhecido na controladora durante 2019 foi de R\$ 212.485 no 3º trimestre, e R\$ 310.034 no 4º trimestre de 2019.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Demonstrações dos resultados	Consolidado		
	Originalmente Apresentado	Ajuste ⁽ⁱ⁾	Reapresentado
			2019
Receita líquida	52.599.709	(594.589)	52.005.120
Custo dos produtos vendidos	(21.678.159)	-	(21.678.159)
Lucro bruto	30.921.550	(594.589)	30.326.961
Demais rubricas, não ajustadas	(15.724.739)	-	(15.724.739)
Outras receitas/(despesas) operacionais	878.071	594.589	1.472.660
Lucro operacional	16.074.882	-	16.074.882
Despesas financeiras	(4.748.433)	-	(4.748.433)
Receitas financeiras	1.638.866	-	1.638.866
Resultado financeiro, líquido	(3.109.567)	-	(3.109.567)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(22.310)	-	(22.310)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.943.005	-	12.943.005
Imposto de renda e contribuição social	(754.673)	-	(754.673)
Lucro líquido do exercício	12.188.332	-	12.188.332
Atribuído à:			
Participação dos controladores	11.779.965	-	11.779.965
Participação dos não controladores	408.367	-	408.367
Lucro por ação ordinária (básico) - R\$	0,7490	-	0,7490
Lucro por ação ordinária (diluído) - R\$	0,7423	-	0,7423

(i) O valor reconhecido no consolidado durante 2019 foi de R\$ 212.485 no 3º trimestre, e R\$ 382.104 no 4º trimestre de 2019.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Não houve novas normas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para a preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas do grupo foram eliminadas.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRS's ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

i) Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis

dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

ii) Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Investimento líquido em entidade no exterior

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Demonstrações financeiras em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2020	2019	2020	2019
CAD	Dólar canadense	Canadá	4,0791	3,1019	3,8119	2,9651
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0891	0,0761	0,0907	0,0769
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba ⁽ⁱ⁾	5,1967	4,0307	5,1331	3,9410
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,6700	0,5245	0,6641	0,5120
ARS	Peso	Argentina	0,0618	0,0673	0,0736	0,0835
BOB	Boliviano	Bolívia	0,7467	0,5791	0,7375	0,5666
PYG	Guarani	Paraguai	0,0007	0,0006	0,0008	0,0006
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1227	0,1080	0,1242	0,1118
CLP	Peso chileno	Chile	0,0073	0,0054	0,0065	0,0056
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	2,5618	1,9870	2,5304	1,9427

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível ("CUC"), tem paridade com o dólar ("USD") na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Instrumentos financeiros e contabilização de *hedge*

Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de *commodities* no desempenho da Companhia. A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da Companhia.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da

Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

- Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no reconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais que a companhia não havia classificado, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

As mensurações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

A Companhia realiza derivativos de *commodities* que possuem termos críticos semelhantes ao item protegido. A Companhia aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com

aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. A efetividade do *hedge* é realizada de forma qualitativa. Sempre que os termos críticos não coincidem, a companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Possíveis fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificada da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da

conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

(h) Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são

levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente baixadas.

Outros créditos são compostos principalmente por depósitos em dinheiro em garantias e recebíveis. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer perdas por *impairment* e resultados cambiais são reconhecidos diretamente no resultado.

(i) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal, destacamos que os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecido diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(j) Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Sendo que, os créditos são reconhecidos somente quando a administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável,

os valores não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados na nota 31 de Contingências em Ativos Contingentes. A administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originada de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota de Contingências.

Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A partir de 1 de outubro de 2020, a política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrada na rubrica de “Outras receitas/(despesas) operacionais”, excetuando-se pagamentos de anistias, cuja contabilização se mantém em resultados não recorrentes, dada sua natureza pontual.

(k) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(I) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período de seus respectivos contratos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo / ativos comerciais	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Arrendamento

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem eram retidos substancialmente pelo arrendador eram classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais eram reconhecidos no resultado conforme os pagamentos eram incorridos até o encerramento do contrato.

O IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos substituiu os requisitos contábeis de arrendamento existentes e foi adotado integralmente retrospectivamente pela Companhia, resultando em uma mudança significativa no tratamento contábil e divulgação de arrendamentos que eram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento dos custos de arrendamento e respectivas interpretações.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento do arrendamento é alocado entre o passivo e a despesa financeira. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Ativos de direito de uso são depreciados pelo menor período entre a vida útil do bem e o prazo do arrendamento, pelo método linear.

Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados a valor presente e, ao mensurar os passivos do arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos do arrendamento usando taxas incrementais de empréstimo.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem ativos com valor igual ou inferior a 5 mil dólares.

(n) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(o) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um

desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados à várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (u)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre

as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(r) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrener. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e/ou de benefício definido e/ou assistência médica e odontológica para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

r.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

r.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns funcionários aposentados, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(s) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(t) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosos em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

(u) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(v) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é

determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(w) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

A receita é mensurada com base na consideração, a qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

Especificamente, o reconhecimento de receita segue a seguinte abordagem de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos

- Determinação do preço de transação
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável é incluída apenas no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não seja sujeito a reversões futuras significativas quando há incerteza.

Receitas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(x) Despesas

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto

quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

(y) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, anistias, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

A partir do primeiro trimestre de 2021, a nomenclatura de itens não recorrentes será alterada para itens não usuais.

(z) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (“Cervejas” e “Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados”), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada

antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 20 - *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) bebidas não alcoólicas (NAB);
- América Central e Caribe (CAC), que inclui nossas operações diretas nos seguintes países: República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também serve a El Salvador, Nicarágua e Honduras), Barbados e Panamá;
- América Latina - sul (LAS), que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e
- Canadá, representada pelas operações da Labatt Brewing.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum (Nota 3(d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (I));

- (iii) redução ao valor de recuperação - *impairment* (Nota 3 (g) e (v));
- (iv) provisões (Nota 3 (p));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (s));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (r));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (q));
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d));
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g));
- (x) Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos (Nota 3 (j));
- (xi) contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária (Nota 3 (e)); e
- (xii) arrendamentos (Nota 3 (m)).

O valor justo dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos é avaliado na data de aquisição pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de valor justo líquido de despesas de venda e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	113.885	39.660	261.426	207.529
Contas correntes	79.857	134.047	5.860.939	5.403.536
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	4.354.075	2.483.830	10.967.970	6.289.601
Caixa e equivalentes de caixa	4.547.817	2.657.537	17.090.335	11.900.666
Conta garantida	-	-	-	(24)
Caixa e equivalentes de caixa líquido	4.547.817	2.657.537	17.090.335	11.900.642

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de contas correntes incluem o valor de R\$449 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$348 milhões em 31 de dezembro de 2019), mantidos em Cuba, os quais não são livremente passíveis de remessa à controladora por motivos de restrições cambiais.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fundos de investimentos exclusivos	9.172	1.082.865	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação	-	-	1.700.028	14.558
Ativo circulante	9.172	1.082.865	1.700.028	14.558
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	152.446	118.990	213.907	163.570
Ativo não circulante	152.446	118.990	213.907	163.570
Total	161.618	1.201.855	1.913.935	178.128

(i) O saldo refere-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB atrelados aos incentivos fiscais e não possuem conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

7 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	1.950.556	1.947.671	4.861.011	4.955.469
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(256.132)	(245.887)	(676.463)	(603.492)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.694.424	1.701.784	4.184.548	4.351.977
Partes relacionadas (Nota 33)	1.796.863	925.035	118.590	143.548
Total contas a receber circulante	3.491.287	2.626.819	4.303.138	4.495.525
Partes relacionadas (Nota 33)	54.322	54.322	-	-
Total contas a receber não circulante	54.322	54.322	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Controladora							
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	1.950.556	1.624.471	45.922	10.132	4.166	13.341	13.136	239.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(256.132)	-	-	-	-	(3.608)	(13.136)	(239.388)
2020	1.694.424	1.624.471	45.922	10.132	4.166	9.733	-	-
Contas a receber de clientes	1.947.671	1.407.496	131.659	40.784	52.758	81.211	33.850	199.913
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(245.887)	(5.678)	(147)	(217)	(487)	(5.595)	(33.850)	(199.913)
2019	1.701.784	1.401.818	131.512	40.567	52.271	75.616	-	-

	Consolidado							
	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer, líquido de abatimentos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes	4.861.011	3.925.922	187.524	53.177	19.074	38.151	71.098	566.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(676.463)	(5.835)	-	-	(4.287)	(29.178)	(71.098)	(566.065)
2020	4.184.548	3.920.087	187.524	53.177	14.787	8.973	-	-
Contas a receber de clientes	4.955.469	3.852.213	255.203	82.420	74.475	111.119	74.139	505.900
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(603.492)	(5.678)	(147)	(217)	(487)	(16.924)	(74.139)	(505.900)
2019	4.351.977	3.846.535	255.056	82.203	73.988	94.195	-	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2020 foi R\$25.953 (R\$10.960 em 2019) na Controladora e R\$102.957 (R\$39.491 em 2019) no Consolidado e não houve reversões relevantes no exercício.

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros estão divulgadas na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados	653.226	767.028	2.575.516	2.080.668
Produtos em elaboração	247.785	198.339	518.345	450.807
Matérias-primas e itens de consumo	1.932.599	1.968.813	3.513.022	2.637.360
Almoxarifado e outros	202.384	178.264	758.809	602.548
Adiantamentos	107.707	111.641	381.361	328.347
Provisão para perdas	(39.697)	(49.324)	(141.148)	(121.173)
	3.104.004	3.174.761	7.605.905	5.978.557

O valor das baixas/perdas em estoques reconhecidas no resultado foi de R\$126.488 na Controladora (R\$73.991 em 31 de dezembro de 2019) e R\$194.221 no Consolidado (R\$109.752 em 31 de dezembro de 2019).

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS/COFINS	422.403	1.177.735	711.991	1.429.294
ICMS	271.708	254.997	563.422	573.566
IPI	6.357	2.958	177.041	144.537
Outros	17.364	33.310	75.441	95.329
Circulante	717.832	1.469.000	1.527.895	2.242.726
PIS/COFINS - exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	4.825.527	6.718	5.183.354	283.585
ICMS	256.947	195.857	266.528	212.494
Outros	39.859	39.812	245.924	175.005
Não circulante	5.122.333	242.387	5.695.806	671.084
Total	5.840.165	1.711.387	7.223.701	2.913.810

(i) Conforme detalhado na Nota 31- *Contingências*, a Companhia vem reconhecendo créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo. A contrapartida dos reconhecimentos é registrada na rubrica de PIS/COFINS - exclusão ICMS sendo que dos valores reconhecidos dessa matéria, os que ainda remanescem no ativo são R\$4,3 bilhões referente ao período denominado - REFRI; e R\$0,9 bilhão referente ao período após a decisão do STF até o presente momento.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia, dentre os quais, prejuízos fiscais. As alíquotas desses impostos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas nominais esperadas estão demonstradas a seguir:

América Central e Caribe	de 15% a 27%
América Latina - sul ⁽ⁱ⁾	de 10% a 30%
Canadá	26,5%

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 29 de dezembro de 2017 afetaram a Companhia a partir de outubro de 2018 e reduziram a alíquota do imposto sobre a renda nos primeiros dois anos de 35% para 30% e, nos anos seguintes para 25%. Ainda, novas alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 23 de dezembro de 2019 postergaram por um ano a aplicação da alíquota do imposto sobre a renda de 25% e estenderam para um terceiro ano a aplicação de 30%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, o qual poderá ser compensado com as diferenças temporárias hoje contabilizadas, com destaque aos prejuízos fiscais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora					
	2020			2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	6.090	-	6.090	-	(116.597)	(116.597)
Benefícios a empregados	189.619	-	189.619	173.433	-	173.433
Contas a pagar	3.902.129	(228.883)	3.673.246	2.295.861	(245.620)	2.050.241
Contas a receber	15.829	-	15.829	17.109	-	17.109
Estoques	13.497	-	13.497	16.770	-	16.770
Imobilizado	-	(812.305)	(812.305)	-	(841.225)	(841.225)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	112.553	-	112.553	131.399	-	131.399
Provisões	426.520	-	426.520	345.852	-	345.852
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (Arrendamentos)	91.504	-	91.504	27.484	-	27.484
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.453.812)	(1.453.812)	-	-	-
Outros itens	-	(144.266)	(144.266)	-	(279.749)	(279.749)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	4.757.741	(3.060.855)	1.696.886	3.007.908	(1.904.780)	1.103.128
Reclassificação para apresentação líquida	(3.060.855)	3.060.855	-	(1.904.780)	1.904.780	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.696.886	-	1.696.886	1.103.128	-	1.103.128

	Consolidado					
	2020			2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	10.113	-	10.113	10.007	-	10.007
Intangível	-	(1.253.015)	(1.253.015)	-	(1.067.471)	(1.067.471)
Benefícios a empregados	971.180	(3.004)	968.176	749.988	(3.950)	746.038
Contas a pagar	3.917.100	(230.244)	3.686.856	2.330.349	(246.651)	2.083.698
Contas a receber	53.066	(4)	53.062	45.513	(3.267)	42.246
Derivativos	36.331	(118.744)	(82.413)	38.873	(217.204)	(178.331)
Empréstimos e financiamentos	-	(1.805)	(1.805)	-	(23)	(23)
Estoques	288.709	(67.590)	221.119	372.014	(67.066)	304.948
Imobilizado	430.760	(1.608.996)	(1.178.236)	290.383	(1.423.367)	(1.132.984)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(1.538.850)	(1.538.850)	-	(1.115.123)	(1.115.123)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.589)	(421.589)
Prejuízos fiscais a utilizar	1.739.680	-	1.739.680	877.308	(148.350)	728.958
Provisões	636.030	(1.266)	634.764	465.863	(2.284)	463.579
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (Arrendamentos)	124.160	(1.635)	122.525	44.587	(1.910)	42.677
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.460.795)	(1.460.795)	-	-	-
Outros itens	79.215	(61.361)	17.854	88.979	(16.598)	72.381
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	8.286.344	(6.768.898)	1.517.446	5.313.864	(4.734.853)	579.011
Reclassificação para apresentação líquida	(3.725.536)	3.725.536	-	(2.363.755)	2.363.755	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	4.560.808	(3.043.362)	1.517.446	2.950.109	(2.371.098)	579.011

A Companhia realiza a reclassificação para apresentação líquida entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando os critérios de compensação são atingidos.

As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 3 (q) e 31, respectivamente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Em 31 de dezembro de 2020 os impostos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Controladora		
	2020		Total
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	
Aplicações financeiras	-	6.090	6.090
Benefícios a empregados	14.584	175.035	189.619
Contas a pagar	(203.572)	3.876.818	3.673.246
Contas a receber	13.263	2.566	15.829
Estoques	821	12.676	13.497
Imobilizado	62.252	(874.557)	(812.305)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	230.331	196.189	426.520
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (Arrendamentos)	-	91.504	91.504
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.453.812)	(1.453.812)
Outros itens	-	(144.266)	(144.266)
Total	117.679	1.466.654	1.584.333

Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	Consolidado		
	2020		Total
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	
Aplicações financeiras	-	10.113	10.113
Intangível	(1.399)	(1.251.616)	(1.253.015)
Benefícios a empregados	56.240	911.936	968.176
Contas a pagar	(204.932)	3.891.788	3.686.856
Contas a receber	44.593	8.469	53.062
Derivativos	(83.092)	679	(82.413)
Empréstimos e financiamentos	(1.588)	(217)	(1.805)
Estoques	244.259	(23.140)	221.119
Imobilizado	62.252	(1.240.488)	(1.178.236)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	(165.703)	(1.373.147)	(1.538.850)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	335.614	299.150	634.764
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (Arrendamentos)	(728)	123.253	122.525
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.460.795)	(1.460.795)
Outros itens	35.983	(18.129)	17.854
Total	321.499	(543.733)	(222.234)

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, segundo a realidade dos anos passados e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localiza, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora	Consolidado
	2020	2020
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais		
2021	-	599.760
2022	-	383.362
2023	-	153.456
2024	112.553	263.812
2025	-	95.805
2026 a 2028	-	207.416
2029 a 2030 ⁽ⁱ⁾	-	36.069
Total	112.553	1.739.680

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2020, o crédito tributário relacionado aos prejuízos fiscais no valor de R\$969.966 no Consolidado (R\$707.102 no Consolidado em 31 de dezembro 2019) não foi registrado, já que sua realização não é provável.

A maioria destes prejuízos fiscais não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado ao crédito equivale a R\$3.879.773 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.811.614 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Controladora Saldo	Consolidado Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.103.128	-	1.103.128	579.011
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	(9.044)	65.290	56.246	56.246
Hedge de investimento no exterior	(968)	-	(968)	(968)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	191.507	-	191.507	191.507
Hedge de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	50.031	46.735	96.766	96.766
Ganhos / (perdas) na conversão de demais operações no exterior	1.423.150	106.325	1.529.475	1.529.475
Reconhecido no resultado abrangente	1.654.676	218.350	1.873.026	1.873.026
Reconhecido no resultado	(1.061.782)	-	(1.061.782)	(713.650)
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	864	(218.350)	(217.486)	(220.941)
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	-	-	-	(174.254)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(174.254)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	(218.350)	(218.350)	-
Equivalência patrimonial	-	(218.350)	(218.350)	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	864	-	864	(46.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.696.886	-	1.696.886	1.517.446

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

11 INVESTIMENTOS

- a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	66.193.421	60.718.838
Participação nos resultados de controladas e coligadas	3.751.761	6.127.263
Dividendos recebidos e a receber	(1.462.644)	(850.798)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾	10.657.645	220.198
Ganhos/(perdas) atuariais	(230.192)	(152.092)
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	190.337	(110.050)
Pagamento baseado em ações em controladas	33.000	49.625
Aporte/(redução) de capital em controladas	1.682.546	(1.326.768)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾	1.344.888	1.430.343
Outros	(28.210)	86.862
Saldo no final do exercício	82.132.552	66.193.421

(i) Efeito líquido da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(ii) Efeito da hiperinflação da rubrica de Lucros Acumulados na investida.

Informações sobre controladas diretas e em conjunto:

						2020	
Controlada	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	41.070.304	6.115.325	47.185.629	958.029	958.029
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	6.323.486	-	5.877.403	659.872	811.086
B.Blend	50,00%	50,00%	71.679	102.859	138.699	(14.506)	(7.253)
Bebidas Fantásticas	100,00%	100,00%	135.826	-	135.826	12.463	12.463
Cachoeiras de Macacu	-	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	3.517.783	-	3.517.784	121.322	121.322
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	222.611	-	219.934	(29.417)	(30.660)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	1.572.394	-	165	(245.248)	(26)
Dahlen S.A.	100,00%	100,00%	36.110	-	36.110	42	42
Donus ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	100,00%	-	-	-	(307)	11
Hohneck S.A.	100,00%	100,00%	6.174	-	6.174	5.811	5.811
Jalua	100,00%	100,00%	7.202.912	-	7.202.912	658.289	658.289
Lizar	100,00%	100,00%	69.150	-	69.150	30.521	30.521
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	60,00%	100,00%	3.539.724	76.803	2.180.454	254.943	187.198
Monthiers	-	100,00%	-	13.061	13.061	-	-
R P O	100,00%	100,00%	64.792	-	64.790	(34.675)	(34.675)
Tenedora ⁽ⁱⁱ⁾	80,61%	85,00%	4.639.489	4.489.021	8.318.377	1.272.687	1.039.603
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501		-
Total					82.132.552		3.751.761

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

(iii) Em novembro de 2020 a Ambev transferiu para a Arosuco a totalidade de suas cotas da Donus;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Controlada	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	2019	
						Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	31.478.488	4.272.188	35.748.825	2.562.598	2.563.874
Arosuco ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	5.720.091	-	5.122.462	1.693.724	1.507.238
B.Blend	50,00%	50,00%	70.874	102.859	138.295	(11.222)	(5.611)
Bebidas Fantásticas	100,00%	100,00%	31.578	-	31.578	(11.247)	(11.247)
Brahmaco ^(iv)	-	-	-	-	-	(1.092)	(1.092)
Cachoeiras de Macacu	-	-	-	199.583	199.583	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	2.856.297	-	2.856.297	363.011	363.011
Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%	147.028	-	145.594	(3.733)	(2.342)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	1.732.839	-	182	151.228	16
Dahlen S.A.	100,00%	100,00%	27.975	-	27.975	(8.224)	(8.224)
Hohneck S.A.	100,00%	100,00%	363	-	363	195.652	195.652
Jalua	100,00%	100,00%	6.172.861	-	6.172.861	471.760	471.760
Lambic Holding S.A.	100,00%	100,00%	-	-	-	102.429	102.429
Lizar	100,00%	100,00%	38.628	-	38.628	18.334	18.334
Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	60,00%	100,00%	3.285.391	76.803	1.993.781	184.076	94.507
Monthiers	-	100,00%	-	13.061	13.061	-	-
R P O	100,00%	100,00%	46.512	-	46.512	(6.859)	(6.859)
Tenedora ⁽ⁱⁱ⁾	80,61%	85,00%	3.496.088	3.824.134	6.690.923	1.052.767	845.817
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501		-
Total					66.193.421		6.127.263

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

(iii) Em novembro de 2020 a Ambev transferiu para a Arosuco a totalidade de suas cotas da Donus;

(iv) Em 1º fevereiro de 2019, ocorreu a dissolução da empresa.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cerveceria Nacional Dominicana S.A. ("CND"), Cerveceria Boliviana Nacional S.A., Cerveceria Paraguay S.A. e Industrias del Atlantico S.A. são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

12 IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo imobilizado	11.395.040	10.815.157	22.852.861	20.547.670
Ativo de direito de uso	773.344	1.066.323	1.915.494	2.028.629
	12.168.384	11.881.480	24.768.355	22.576.299

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.971.881	16.655.790	3.008.054	397.467	26.033.192
Aquisições	-	258.404	-	2.265.786	2.524.190
Alienações e baixas	(13.383)	(267.150)	(110.349)	-	(390.882)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	198.990	807.854	305.691	(1.596.933)	(284.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.157.488	17.454.898	3.203.396	1.066.320	27.882.102
Aquisições	-	204.025	-	2.630.292	2.834.317
Alienações e baixas	(1.558)	(241.850)	(44.770)	-	(288.178)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	184.488	1.389.540	218.400	(2.152.655)	(360.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.340.418	18.806.613	3.377.026	1.543.957	30.068.014
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.108.346)	(11.186.738)	(2.223.555)	-	(15.518.639)
Depreciação	(225.680)	(1.340.708)	(311.856)	-	(1.878.244)
Alienações e baixas	9.546	267.820	104.249	-	381.615
Outros	-	(51.677)	-	-	(51.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.324.480)	(12.311.303)	(2.431.162)	-	(17.066.945)
Depreciação	(234.365)	(1.337.281)	(295.834)	-	(1.867.480)
Alienações e baixas	(3.156)	241.298	44.021	-	282.163
Transferências (de) para outras categorias de ativos	30.078	11.416	20.653	-	62.147
Outros	-	(82.859)	-	-	(82.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.531.923)	(13.478.729)	(2.662.322)	-	(18.672.974)
Valor contábil:					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.833.008	5.143.595	772.234	1.066.320	10.815.157
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.808.495	5.327.884	714.704	1.543.957	11.395.040

	Consolidado				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.375.533	28.075.659	5.690.374	1.422.048	45.563.614
Efeito de conversão de balanço	(240.897)	(979.470)	(300.798)	(19.484)	(1.540.649)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	291.291	1.169.934	399.652	11.108	1.871.985
Aquisição por meio de combinações de negócios	209	14	2.074	5.687	7.984
Aquisições	14.833	606.150	147.860	3.707.089	4.475.932
Alienações e baixas	(33.384)	(739.348)	(133.343)	-	(906.075)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	479.318	1.543.128	561.639	(2.942.166)	(358.081)
Outros	-	-	-	15	15
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.886.903	29.676.067	6.367.458	2.184.297	49.114.725
Efeito de conversão de balanço	724.849	1.811.929	392.109	173.154	3.102.041
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	310.492	1.160.364	291.754	130.284	1.892.894
Aquisição por meio de combinações de negócios	4.009	9.841	1.716	-	15.566
Aquisições	17.203	514.754	74.318	3.815.601	4.421.876
Alienações e baixas	(23.714)	(1.422.230)	(247.003)	153	(1.692.794)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	465.366	2.286.586	338.800	(3.472.946)	(382.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.385.108	34.037.311	7.219.152	2.830.543	56.472.114

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.031.365)	(18.246.620)	(4.185.211)	-	(25.463.196)
Efeito de conversão de balanço	23.858	549.124	237.854	-	810.836
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(51.120)	(686.010)	(288.131)	-	(1.025.261)
Depreciação	(350.349)	(2.516.578)	(663.234)	-	(3.530.161)
Alienações e baixas	9.229	649.837	125.122	-	784.188
Outros	(786)	(130.957)	(11.718)	-	(143.461)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.400.533)	(20.381.204)	(4.785.318)	-	(28.567.055)
Efeito de conversão de balanço	(174.260)	(1.205.742)	(278.491)	-	(1.658.493)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(51.432)	(670.356)	(299.978)	-	(1.021.766)
Depreciação	(401.768)	(2.795.364)	(699.221)	-	(3.896.353)
Alienações e baixas	7.825	1.409.014	245.876	-	1.662.715
Transferências (de) para outras categorias de ativos	29.822	(3.578)	22.026	-	48.270
Outros	(3.092)	(183.195)	(284)	-	(186.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.993.438)	(23.830.425)	(5.795.390)	-	(33.619.253)
Valor contábil:					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.486.370	9.294.863	1.582.140	2.184.297	20.547.670
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.391.670	10.206.886	1.423.762	2.830.543	22.852.861

Juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes.

Ativo de direito de uso:

	Controladora			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2018 ⁽ⁱ⁾	333.100	917.186	19.793	1.270.079
Adições ⁽ⁱ⁾	186.482	131.235	30.968	348.685
Saldo em 31 de dezembro de 2019 ⁽ⁱ⁾	519.582	1.048.421	50.761	1.618.764
Adições	30.588	115.215	25.001	170.804
Saldo em 31 de dezembro de 2020	550.170	1.163.636	75.762	1.789.568
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(66.755)	(211.405)	(9.219)	(287.379)
Depreciação	(84.383)	(174.554)	(6.125)	(265.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(151.138)	(385.959)	(15.344)	(552.441)
Depreciação	(87.341)	(336.293)	(40.149)	(463.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(238.479)	(722.252)	(55.493)	(1.016.224)
Valor contábil:				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	368.444	662.462	35.417	1.066.323
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311.691	441.384	20.269	773.344

(i) Saldos ajustados para fins de comparativo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	972.470	1.343.267	78.333	2.394.070
Efeito de conversão de balanço	17.719	599	1.205	19.523
Adições ⁽ⁱ⁾	317.824	521.243	59.776	898.843
Transferências de (para) outras categorias de ativos	31.758	-	16.907	48.665
Saldo em 31 de dezembro de 2019 ⁽ⁱ⁾	1.339.771	1.865.109	156.221	3.361.101
Efeito de conversão de balanço	131.765	8.215	9.284	149.264
Adições	321.794	32.566	12.243	366.603
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(1.812)	-	(2.207)	(4.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.791.518	1.905.890	175.541	3.872.949
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(308.415)	(490.668)	(57.397)	(856.480)
Efeito de conversão de balanço	(4.574)	(547)	(554)	(5.675)
Depreciação	(173.292)	(263.337)	(30.638)	(467.267)
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(8.207)	(2.354)	7.511	(3.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(494.488)	(756.906)	(81.078)	(1.332.472)
Efeito de conversão de balanço	(40.931)	(4.482)	(3.855)	(49.268)
Depreciação	(280.672)	(256.519)	(43.416)	(580.607)
Transferências (de) para outras categorias de ativos	3.217	-	1.675	4.892
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(812.874)	(1.017.907)	(126.674)	(1.957.455)
Valor contábil:				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	845.283	1.108.203	75.143	2.028.629
Saldo em 31 de dezembro de 2020	978.644	887.983	48.867	1.915.494

(i) Saldos ajustados para fins de comparativo.

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto às instituições financeiras. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.	
	2020	2019
2020-2025	10,54%	6,63%
2026-2030	8,19%	8,33%
2031-2035	10,97%	9,00%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	31 de dezembro de 2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.596.484	2.116.727
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.046	4.341
	2.602.530	2.121.068

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.746.311	1.306.597	1.003.208	708.229	395.038
Fluxo com projeção de inflação	1.978.437	1.553.662	1.233.180	904.639	550.432
Variação	13%	19%	23%	28%	39%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.100.752	808.589	593.825	425.773	298.522
Fluxo com projeção de inflação	1.319.602	1.044.828	815.720	617.108	453.916
Variação	20%	29%	37%	45%	52%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	153.375	123.129	94.703	73.585	62.202
Fluxo com projeção de inflação	222.670	178.161	135.708	103.155	83.773
Variação	45%	45%	43%	40%	35%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	(328.378)	(262.436)	(214.792)	(168.023)	(127.101)
Fluxo com projeção de inflação	(383.422)	(331.130)	(286.025)	(232.390)	(178.580)
Variação	17%	26%	33%	38%	41%

13 INTANGÍVEL

	Controladora			
	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.915.228	1.001.988	135.008	3.052.224
Adições	539.515	-	-	539.515
Transferências de (para) outras categorias de ativos	6.500	281.767	(127)	288.140
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.461.243	1.283.755	134.881	3.879.879
Adições	168.715	-	29.999	198.714
Alienação	(553)	-	-	(553)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	56.309	170.777	-	227.086
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.685.714	1.454.532	164.880	4.305.126

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.816.430)	(654.758)	(82.015)	(2.553.203)
Amortização	(308.477)	(119.567)	(6.495)	(434.539)
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	187	-	187
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.124.907)	(774.138)	(88.510)	(2.987.555)
Amortização	(234.067)	(159.112)	(1)	(393.180)
Alienação	69	-	-	69
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	1.271	-	1.271
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.358.905)	(931.979)	(88.511)	(3.379.395)
Valor contábil:				
31 de dezembro de 2019	336.336	509.617	46.371	892.324
31 de dezembro de 2020	326.809	522.553	76.369	925.731

	Consolidado				
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.701.415	2.393.042	1.446.520	622.026	9.163.003
Efeito de conversão de balanço	(360.919)	(13.704)	(77.628)	(37.715)	(489.966)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	385.748	30.948	92.011	44.607	553.314
Adições	205	539.515	25.079	50.007	614.806
Alienação	(205)	-	(395)	-	(600)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	-	2.600	2.600
Transferências de (para) outras categorias de ativos	18.058	6.500	315.603	(18.022)	322.139
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.744.302	2.956.301	1.801.190	663.503	10.165.296
Efeito de conversão de balanço	646.714	75.305	40.628	73.349	835.996
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	348.215	28.471	85.261	203.843	665.790
Adições	9.136	168.715	20.244	72.724	270.819
Alienação	-	(553)	(515)	-	(1.068)
Aquisição por meio de combinação de negócios	27.549	-	-	-	27.549
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(122.462)	56.309	291.422	87.472	312.741
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.653.454	3.284.548	2.238.230	1.100.891	12.277.123
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(2.011.742)	(940.946)	(369.717)	(3.322.405)
Efeito de conversão de balanço	-	27.844	51.506	39.967	119.317
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	(28.222)	(59.510)	(42.509)	(130.241)
Amortização	-	(316.347)	(182.734)	(28.149)	(527.230)
Alienação	-	(5)	395	-	390
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	38	1.199	1.237
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(2.328.472)	(1.131.251)	(399.209)	(3.858.932)
Efeito de conversão de balanço	-	6.765	(25.620)	(33.352)	(52.207)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	(28.371)	(57.673)	(191.004)	(277.048)
Amortização	-	(234.209)	(247.329)	(30.223)	(511.761)
Alienação	-	38	472	-	510
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	-	2.896	(25)	2.871
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(2.584.249)	(1.458.505)	(653.813)	(4.696.567)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2019	4.744.302	627.829	669.939	264.294	6.306.364
31 de dezembro de 2020	5.653.454	700.299	779.725	447.078	7.580.555

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2020	2019
Argentina	1.523.013	1.193.934
Bolívia	890.896	691.002
Brasil	3.367	11.614
Canadá	218.468	266.319
Chile	94.465	69.946
Luxemburgo	339.633	339.633
Paraguai	568.376	476.147
República Dominicana	1.534.888	1.310.353
Panamá	357.403	277.211
Uruguai	122.945	108.143
	5.653.454	4.744.302

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 14 - *Ágio*.

14 ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	281.858	281.858	35.009.909	34.276.176
Efeito de conversão de balanço	-	-	4.006.854	16.086
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	605.432	691.198
Aquisição, adição, (baixa) e permuta de subsidiárias	-	-	401.262	26.449
Saldo final	281.858	281.858	40.023.457	35.009.909

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGCs”):

	Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Brasil	BRL	281.858	281.858	17.696.645	17.694.842
Ágio		-	-	102.939.278	102.937.475
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾		-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
CAC:					
República Dominicana	DOP	-	-	4.080.709	3.476.862
Panamá	PAB	-	-	1.806.467	1.400.457
América Latina - sul:					
Argentina	ARS	-	-	2.415.231	1.972.177
Bolívia	BOB	-	-	1.838.188	1.425.746
Chile	CLP	-	-	63.904	47.322
Paraguai	PYG	-	-	998.888	836.593
Uruguai	UYU	-	-	182.023	160.108
Canadá	CAD	-	-	10.941.402	7.995.802
		281.858	281.858	40.023.457	35.009.909

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Os ativos de vida útil indefinida correspondem a aproximadamente 36% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2020 (39% em 31 de dezembro de 2019), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC, no mínimo anualmente. Uma UGC é o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Em uma combinação de negócios, o ativo de vida útil indefinida é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia realizou seu teste anual de *impairment* com base nas premissas descritas abaixo, chegando à conclusão de que não há necessidade de *impairment*.

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. A Companhia entende que as estimativas utilizadas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos da Companhia e refletem as melhores estimativas da administração. No entanto, existem incertezas inerentes que a administração é incapaz de controlar. Embora uma mudança nas estimativas utilizadas possa ter um impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear uma taxa de redução do valor recuperável, a Companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização ("EBITDA"), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, na indústria cervejeira nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor em uso, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, apenas o Chile atendeu ao critério pré-determinado.

Contudo, para as UGCs Brasil e Chile, a Companhia também utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor recuperável. A seleção destas UGCs considerou aspectos quantitativos e qualitativos, uma vez que a UGC Brasil é a mais representativa para a Companhia, e a UGC Chile identificamos um múltiplo acima da quantidade pré-determinada do EBITDA.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Os julgamentos, estimativas e premissas-chave utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- O segundo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos,

evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;

- Do terceiro ao décimo ano do modelo, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando o crescimento de volume, índice de preços e *market share* esperado para cada UGC. No caso do Chile, levamos em consideração as melhores estimativas da administração local;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;

Para nossas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento aplicada variou entre 1,9% e 3,3%.

O WACC nominal aplicado em moeda local para cada UGC:

UGC	2020
Chile	7,21%
Brasil	9,67%

Embora a Companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas diferentes ou condições mercadológicas ou macroeconômicas.

15 CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores ⁽ⁱ⁾	10.323.823	7.742.693	18.182.126	14.178.858
Partes relacionadas (Nota 33)	2.088.010	1.942.440	1.157.097	890.717
Passivo circulante	12.411.833	9.685.133	19.339.223	15.069.575
Fornecedores ⁽ⁱ⁾	225.980	301.964	235.377	309.567
Partes relacionadas (Nota 33)	19.560.364	16.267.467	420.495	-
Passivo não circulante	19.786.344	16.569.431	655.872	309.567
Total	32.198.177	26.254.564	19.995.095	15.379.142

(i) Os valores contratuais nominais, incluindo juros, são de R\$21.071 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$16.905 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, cujo incremento decorre da variação cambial do exercício - Veja detalhes adicionais na Nota 33 - *Partes relacionadas*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos bancários com garantia ⁽ⁱ⁾	1.755.344	58.119	1.940.773	176.673
Empréstimos bancários sem garantia ⁽ⁱ⁾	1.209	94	246.744	94
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108.548	-	108.548	-
Outros empréstimos sem garantia	36.702	40.378	36.702	40.378
Arrendamentos	198.781	249.351	406.006	436.004
Passivo circulante	2.100.584	347.942	2.738.773	653.149
Empréstimos bancários com garantia ⁽ⁱ⁾	228.918	284.263	238.369	284.481
Empréstimos bancários sem garantia ⁽ⁱ⁾	1.074	2.836	1.074	212.574
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	-	106.611	-	106.611
Outros empréstimos sem garantia	98.950	85.974	98.950	94.088
Arrendamentos	690.648	893.531	1.715.062	1.711.901
Passivo não circulante	1.019.590	1.373.215	2.053.455	2.409.655

(i) No segundo trimestre de 2020, a Administração da Ambev aprovou a contratação de empréstimos com o objetivo de financiar o seu capital de giro. Foram realizadas a emissão de notas promissórias comerciais e a contratação de cédulas de crédito bancário, dentre outras modalidades de empréstimos, totalizando R\$3.307 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo destes, R\$1.756 milhões liquidados antecipadamente no quarto trimestre de 2020.

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e o cronograma de desembolsos estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora					
	2020			2019		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI)	3,90%	850.000	-	-	-	-
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	9,33%	11.604	149.621	9,33%	10.031	161.778
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,54%	36.702	98.950	6,05%	40.378	85.974
Dívida em Reais - taxa fixa	5,42%	1.202.278	771.019	7,80%	297.533	1.125.463
Total		2.100.584	1.019.590		347.942	1.373.215

	Consolidado					
	2020			2019		
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida denominada em USD taxa fixa	4,19%	4.864	-	4,73%	10.939	8.115
Dívida denominada em USD taxa flutuante	-	-	-	4,10%	95.086	218
Dívida denominada em CAD taxa flutuante	-	-	-	2,71%	472	-
Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI)	3,90%	851.349	1.074	-	-	-
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	8,11%	436.335	153.659	9,95%	34.357	313.641
Dívida denominada em CAD taxa fixa	3,50%	64.854	277.699	3,50%	38.004	205.734
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	9,33%	11.604	149.621	9,33%	10.031	161.778
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,54%	36.702	98.950	6,05%	40.378	85.974
Dívida em Reais - taxa fixa	5,42%	1.333.065	1.372.452	7,80%	423.882	1.634.195
Total		2.738.773	2.053.455		653.149	2.409.655

Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	347.942	1.373.215
Proventos de empréstimos	-	2.351.174
Liquidação de empréstimos	(627.604)	-
Variação cambial	(24)	426
Transferência entre corrente e não-corrente	3.056.398	(3.056.398)
Novos contratos de arrendamento	(174.385)	487.249
Juros de arrendamentos	(77.329)	-
Pagamentos de arrendamentos	(424.414)	-
Outros movimentos	-	(136.076)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.100.584	1.019.590

	Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	653.149	2.409.655
Proventos de empréstimos	643.317	3.124.542
Liquidação de empréstimos	(2.025.394)	(17.481)
Variação cambial	66.786	129.463
Transferência entre corrente e não-corrente	3.712.963	(3.712.963)
Novos contratos de arrendamento	-	506.562
Juros de arrendamentos	186.437	-
Pagamentos de arrendamentos	(498.485)	-
Outros movimentos	-	(386.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.738.773	2.053.455

Cláusulas contratuais (Covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: *covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos; garantia da existência da Companhia; manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, dos ativos da Companhia; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do contrato; ou (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições

financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (“Disposições”). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A depender da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato. Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas, pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

17 PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

	Controladora					
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Outros movimentos (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	132.752	185.687	(107.820)	(36.169)	-	174.450
Imposto de renda	131.896	74.921	(303)	(96.960)	(109.554)	-
Trabalhistas	77.959	135.566	(108.121)	(26.129)	-	79.275
Cíveis	42.622	52.175	(49.307)	(1.352)	-	44.138
Demais tributos	69.480	15.251	(336)	(3.101)	-	81.294
Total de provisão para disputas e litígios	454.709	463.600	(265.887)	(163.711)	(109.554)	379.157

(i) Refere-se à adoção da IFRIC 23/ICPC 22 - *Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	174.450	35.382	(15.162)	(26.448)	168.222
Trabalhistas	79.275	132.076	(108.511)	(16.844)	85.996
Cíveis	44.138	142.652	(113.610)	(10.824)	62.356
Demais tributos	81.294	7.589	(7.005)	(470)	81.408
Total de provisão para disputas e litígios	379.157	317.699	(244.288)	(54.586)	397.982

	Consolidado						
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Outros movimentos ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Provisão para disputas e litígios							
Impostos sobre vendas	137.841	(12)	195.598	(113.012)	(38.076)	-	182.339
Imposto de renda	169.289	1.229	181.872	(1.896)	(98.848)	(251.646)	-
Trabalhistas	118.167	(4.351)	193.111	(148.784)	(38.016)	-	120.127
Cíveis	54.916	(2.798)	65.974	(52.618)	(1.451)	-	64.023
Demais tributos	110.283	(18.548)	49.108	(10.113)	(24.823)	-	105.907
Total de provisão para disputas e litígios	590.496	(24.480)	685.663	(326.423)	(201.214)	(251.646)	472.396
Reestruturação	8.728	754	-	(873)	-	-	8.609
Total das provisões	599.224	(23.726)	685.663	(327.296)	(201.214)	(251.646)	481.005

(i) Refere-se à adoção da IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	182.339	204	49.303	(17.178)	(30.472)	184.196
Trabalhistas	120.127	(133)	173.969	(142.187)	(21.934)	129.842
Cíveis	64.023	(788)	167.280	(132.175)	(11.484)	86.856
Demais tributos	105.907	991	58.158	(8.045)	(399)	156.612
Total de provisão para disputas e litígios	472.396	274	448.710	(299.585)	(64.289)	557.506
Reestruturação	8.609	2.918	7.128	-	(4.163)	14.492
Total das provisões	481.005	3.192	455.838	(299.585)	(68.452)	571.998

(b) Expectativa de desembolso

	Controladora		Consolidado	
	2020		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para disputas e litígios				
Impostos sobre vendas	41.082	127.140	42.626	141.570
Trabalhistas	19.702	66.294	28.152	101.690
Cíveis	14.286	48.070	24.009	62.847
Demais tributos	18.651	62.757	19.001	137.611
Total de provisão para disputas e litígios	93.721	304.261	113.788	443.718
Reestruturação	-	-	11.124	3.368
Total das provisões	93.721	304.261	124.912	447.086

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

(c) Principais processos com perda provável:

(c.1) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(c.2) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c.3) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

A Ambev mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2020, a Companhia contribuiu com R\$61.121 (R\$29.709 durante o exercício de 2019) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2020, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valor presente das obrigações custeadas	(1.824.166)	(1.742.021)	(7.581.958)	(5.958.239)
Valor justo dos ativos do plano	1.944.841	2.012.023	5.533.348	4.582.376
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	120.675	270.002	(2.048.610)	(1.375.863)
Valor presente das obrigações não custeadas	(281.153)	(310.248)	(1.195.699)	(886.783)
Valor presente das obrigações líquidas	(160.478)	(40.246)	(3.244.309)	(2.262.646)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(160.586)	(297.281)	(160.586)	(297.281)
Passivos	(321.064)	(337.527)	(3.404.895)	(2.559.927)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(77.198)	(69.565)	(105.504)	(88.304)
Total dos benefícios a funcionários	(398.262)	(407.092)	(3.510.399)	(2.648.231)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(402.593)	(412.865)	(3.544.047)	(2.704.459)
Ativos	4.331	5.773	33.648	56.228
Passivos líquidos	(398.262)	(407.092)	(3.510.399)	(2.648.231)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(2.052.269)	(1.826.246)	(6.845.022)	(5.951.960)
Custo de serviços	(7.959)	(6.432)	(51.397)	(41.640)
Custo de juros	(142.765)	(157.341)	(339.455)	(333.560)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	40.957	-	44.118	1.213
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(6.092)	(4.318)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	70.117	506	54.447	506
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	53.353	(318.876)	(443.576)	(703.203)
Ajustes de experiência	(203.714)	107.793	(180.889)	118.993
Efeito de variação cambial	-	-	(1.531.745)	(385.740)
Benefícios pagos	136.961	148.327	521.954	454.687
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(2.105.319)	(2.052.269)	(8.777.657)	(6.845.022)

Na Fundação Zerrener o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$704.983 (R\$693.988 em 2019) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrener. A Fundação Zerrener é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	2.012.023	1.857.702	4.582.376	4.059.576
Receita de juros	141.160	161.297	245.240	257.541
Custos de administração	-	-	(5.213)	(4.099)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(90.676)	119.864	89.439	272.570
Contribuições da Ambev	19.295	21.487	306.746	226.782
Contribuições dos participantes do plano	-	-	6.333	4.524
Diferenças cambiais	-	-	812.147	221.106
Transferências	-	-	20.040	-
Acordos, liquidações e outros	-	-	(1.806)	(937)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(136.961)	(148.327)	(521.954)	(454.687)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.944.841	2.012.023	5.533.348	4.582.376

O retorno real dos ativos em 2020 foi um ganho de R\$50.484 na Controladora e R\$334.679 no Consolidado (ganho de R\$281.161 na Controladora e R\$530.111 no Consolidado em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um montante de R\$4.331 na Controladora e R\$33.648 no Consolidado (R\$5.773 na Controladora e R\$56.228 no Consolidado em 2019).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Consolidado em 31 de dezembro de 2019), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	5.773	8.057	56.228	64.285
Receita/(despesa) de juros	193	340	12.304	6.962
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(1.635)	(1.582)	(48.938)	(9.620)
Efeito de variação cambial	-	-	14.054	1.939
Outros	-	(1.042)	-	(7.338)
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	4.331	5.773	33.648	56.228

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos de serviços correntes	(7.959)	(6.432)	(51.397)	(41.640)
Custos de administração	-	-	(5.213)	(4.099)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	40.957	-	42.553	3.328
Resultado operacional	32.998	(6.432)	(14.057)	(42.411)
Custo financeiro	(22.920)	(22.227)	(117.202)	(105.264)
Total da despesa com benefícios a funcionários	10.078	(28.659)	(131.259)	(147.675)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	(239)
Custo de vendas	-	-	(28.925)	(26.544)
Despesas comerciais	-	-	(9.907)	(8.850)
Despesas administrativas	32.998	(6.432)	24.775	(6.778)
Despesas financeiras	(22.920)	(22.227)	(117.202)	(105.264)
	10.078	(28.659)	(131.259)	(147.675)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020 ⁽ⁱ⁾	2019 ⁽ⁱ⁾
Taxa de desconto	6,9%	7,2%	2,4% a 10,0%	3,1% a 9,7%
Inflação	3,3%	3,8%	2,0% a 3,5%	2,0% a 3,8%
Aumentos de salários futuros	5,2%	5,5%	1,0% a 7,1%	1,0% a 7,1%
Aumentos de pensão futuros	3,3%	3,8%	2,0% a 3,8%	2,0% a 3,8%
	6,9% ao ano	7,4% ao ano	4,5% a 6,9% ao ano	4,5% a 7,4% ao ano
Tendência de custo com plano de saúde	com redução 6,9%	com redução 7,4%	ano com redução 6,9%	ano com redução 7,4%
Tendência de custo com plano odontológico	3,3%	3,8%	3,3%	3,8%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	84 a 87	83 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	86 a 89	86 a 89

(i) Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina - sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantém uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um

aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de investimento

No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais		Controladora			
		2020		2019	
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(100.275)	84.086	(26.190)	21.837
Taxa de desconto	50 pontos base	110.733	(120.217)	27.935	(30.402)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(17.955)	16.745	(3.985)	3.783
Longevidade	Um ano	(77.612)	76.055	(18.596)	18.230

Em milhares de reais		Consolidado			
		2020		2019	
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(139.428)	118.614	(46.980)	40.229
Taxa de desconto	50 pontos base	460.997	(492.581)	211.862	(225.563)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(24.313)	23.273	(5.359)	5.116
Longevidade	Um ano	(295.580)	287.066	(129.546)	125.884

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

Controladora						
	2020			2019		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	33%	-	33%	33%	-	33%
Outros	67%	-	67%	67%	-	67%

Consolidado						
	2020			2019		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	52%	-	52%	50%	-	50%
Títulos corporativos	6%	-	6%	7%	-	7%
Instrumentos patrimoniais	6%	-	6%	13%	-	13%
Caixa	1%	-	1%	1%	-	1%
Outros	35%	-	35%	29%	-	29%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$23.362 na Controladora e R\$371.212 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2021.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2020		2019	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.733.575	57.866.759	15.722.147	57.710.202
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	1.543	32.314	11.428	156.557
No final do exercício ⁽ⁱⁱ⁾	15.735.118	57.899.073	15.733.575	57.866.759

(i) Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações.

(ii) O capital social encontra-se com ações totalmente subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				Total
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(882.734)	53.662.811	700.898	1.300.219	54.781.194
Aumento de capital	(43.515)	-	-	(100.227)	(143.742)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(28.886)	-	-	-	(28.886)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	202.896	202.896
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(955.135)	53.662.811	700.898	1.402.888	54.811.462
Aumento de capital	-	-	-	(32.314)	(32.314)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	13.498	-	-	-	13.498
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	192.865	192.865
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(941.637)	53.662.811	700.898	1.563.439	54.985.511

(b.1) Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Alienação		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.028	(20.841)	(861.893)	(882.734)
Alterações no exercício	2.594	(47.176)	(25.225)	(72.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.622	(68.017)	(887.118)	(955.135)
Alterações no exercício	(3.419)	64.972	(51.474)	13.498
Saldo em 31 de dezembro de 2020	203	(3.045)	(938.592)	(941.637)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$171.015 na Controladora e R\$208.709 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$153.934 na Controladora e R\$205.702 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	6.617.327	4.456	8.719.584	15.341.367
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.352.122	1.352.122
Reserva de investimentos	4.180.779	-	-	4.180.779
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.798.106	4.456	10.071.706	20.874.268
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.332.752	1.332.752
Reserva de investimentos	3.713.041	-	-	3.713.041
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.511.147	4.456	11.404.458	25.920.061

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

(c.4) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Eventos ocorridos durante o exercício de 2020:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	21/12/2020	Dividendos	28/01/2021	2020	ON	0,0767	1.206.868
RCA	09/12/2020	Juros sobre o capital próprio	30/12/2020	2020	ON	0,4137	6.509.499
							7.716.367

Eventos ocorridos durante o exercício de 2019:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	02/12/2019	Juros sobre o capital próprio	30/12/2019	2019	ON	0,4906	7.717.420
							7.717.420

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial						Ajustes contábeis de transações entre sócios	Total
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada ⁽ⁱ⁾	Ganhos/(perdas) de participação ⁽ⁱ⁾	Combinação de negócios		
Saldo em 01 de janeiro de 2019	4.089.221	777.123	(1.116.114)	(120.083)	19.558	156.091	(75.390.552)	(71.584.756)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(505.835)	-	-	-	-	-	-	(505.835)
Hedge de fluxo de caixa	-	(132.158)	-	-	-	-	-	(132.158)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(104.768)	-	-	-	-	(104.768)
Resultado abrangente do exercício	(505.835)	(132.158)	(104.768)	-	-	-	-	(742.761)
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	70.000	-	-	-	70.000
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(466)	-	-	(466)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(4.658)	-	-	(4.658)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.583.386	644.965	(1.220.882)	(50.083)	14.434	156.091	(75.402.375)	(72.274.464)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	7.493.053	-	-	-	-	-	-	7.493.053
Hedge de fluxo de caixa	-	99.476	-	-	-	-	-	99.476
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(252.348)	-	-	-	-	(252.348)
Resultado abrangente do exercício	7.493.053	99.476	(252.348)	-	-	-	-	7.340.181
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	45.300	(82.746)	-	-	(37.446)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	428	-	-	428
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(5.893)	-	-	(5.893)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.076.439	744.441	(1.473.230)	(4.783)	(73.777)	156.091	(75.414.198)	(64.989.017)

(i) Saldos de 2019 ajustados para fins comparativos.

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, conseqüentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, com base nas expectativas apresentadas no laudo atuarial independente.

Um ganho atuarial de R\$95.589, decorrente do superávit revertido à Patrocinadora, oriundo do Instituto Ambev de Previdência Privada do plano de benefício definido foi registrado integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuariais em 31 de dezembro de 2019. Não houve ganho atuarial decorrente de superávit em 31 de dezembro de 2020.

(d.4) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis*

Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial, quando aplicável, em atendimento ao ICPC 09.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2020	2019
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾	15.733.069	15.727.461
Efeito das opções de ações	134.501	141.532
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.867.570	15.868.993

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação ("LPA"):

	2020	2019
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	11.379.394	11.779.965
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.733.069	15.727.461
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,7233	0,7490
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	11.379.394	11.779.965
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.867.570	15.868.993
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,7171	0,7423

(i) Valores expressos em reais.

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as destinações da conta de "Lucros acumulados", de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2020 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores	11.379.394	11.779.965
Dividendos prescritos/complemento	26.056	28.190
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	11.823	11.823
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	1.344.887	1.430.343
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	12.762.160	13.250.321
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	7.716.367	7.717.420
Total de dividendos e JCP	7.716.367	7.717.420
Percentual total distribuído	60%	58%
Total de dividendos e JCP distribuídos e a distribuir	7.716.367	7.717.420
Percentual total distribuído	60%	58%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	Brasil		CAC ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2020	2019 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019 ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Receita líquida	30.196.500	28.129.884	7.319.291	6.757.926	11.560.767	10.028.697	9.302.437	7.088.613	58.378.995	52.005.120
Custo dos produtos vendidos	(14.112.868)	(12.096.314)	(3.307.522)	(2.934.074)	(5.937.429)	(3.997.957)	(3.708.280)	(2.649.814)	(27.066.099)	(21.678.159)
Lucro bruto	16.083.632	16.033.570	4.011.769	3.823.852	5.623.338	6.030.740	5.594.157	4.438.799	31.312.896	30.326.961
Despesas logísticas	(4.241.885)	(3.814.145)	(751.499)	(684.298)	(1.492.794)	(1.091.994)	(1.758.851)	(1.360.980)	(8.245.029)	(6.951.417)
Despesas comerciais	(3.444.067)	(3.124.808)	(542.449)	(552.982)	(1.165.572)	(1.019.743)	(1.222.470)	(998.586)	(6.374.558)	(5.696.119)
Despesas administrativas	(1.629.552)	(1.646.752)	(304.947)	(256.677)	(574.936)	(428.793)	(439.045)	(347.745)	(2.948.480)	(2.679.967)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.887.154	1.420.991	(23.492)	85.752	(159.870)	(17.969)	(24.437)	(16.114)	2.679.355	1.472.660
Itens não recorrentes	(173.791)	(328.234)	(70.516)	(17.113)	(145.733)	(51.889)	(61.970)	-	(452.010)	(397.236)
Lucro operacional (EBIT)	9.481.491	8.540.622	2.318.866	2.398.534	2.084.433	3.420.352	2.087.384	1.715.374	15.972.174	16.074.882
Resultado financeiro líquido	(663.899)	(1.381.945)	9.763	(110.084)	(1.731.338)	(1.543.239)	(48.975)	(74.299)	(2.434.449)	(3.109.567)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(7.253)	(5.590)	(4.873)	(2.250)	-	-	(31.158)	(14.470)	(43.284)	(22.310)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.810.339	7.153.087	2.323.756	2.286.200	353.095	1.877.113	2.007.251	1.626.605	13.494.441	12.943.005
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(203.109)	807.705	(713.187)	(642.697)	(118.397)	(272.278)	(727.839)	(647.403)	(1.762.532)	(754.673)
Lucro líquido do exercício	8.607.230	7.960.792	1.610.569	1.643.503	234.698	1.604.835	1.279.412	979.202	11.731.909	12.188.332
EBITDA ajustado	12.569.721	11.737.919	3.070.440	2.961.979	3.328.328	4.389.838	2.622.981	2.057.353	21.591.470	21.147.089
Itens não recorrentes	(173.791)	(328.234)	(70.516)	(17.113)	(145.733)	(51.889)	(61.970)	-	(452.010)	(397.236)
Depreciação, amortização e impairment	(2.914.439)	(2.869.063)	(681.058)	(546.332)	(1.098.162)	(917.597)	(473.627)	(341.979)	(5.167.286)	(4.674.971)
Resultado financeiro líquido	(663.899)	(1.381.945)	9.763	(110.084)	(1.731.338)	(1.543.239)	(48.975)	(74.299)	(2.434.449)	(3.109.567)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(7.253)	(5.590)	(4.873)	(2.250)	-	-	(31.158)	(14.470)	(43.284)	(22.310)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(203.109)	807.705	(713.187)	(642.697)	(118.397)	(272.278)	(727.839)	(647.403)	(1.762.532)	(754.673)
Lucro líquido do exercício	8.607.230	7.960.792	1.610.569	1.643.503	234.698	1.604.835	1.279.412	979.202	11.731.909	12.188.332
Margem EBITDA ajustado em %	41,6%	41,7%	41,9%	43,8%	28,8%	43,8%	28,2%	29,0%	37,0%	40,7%
Aquisição de imobilizado/intangível	3.114.930	3.176.483	492.253	578.416	621.764	1.024.966	463.748	289.540	4.692.695	5.069.405

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

(Continuação)

	Brasil		CAC ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos segmentados	48.970.286	44.161.917	13.521.469	11.393.314	17.211.235	14.453.984	16.487.918	12.034.975	96.190.908	82.044.190
Eliminação entre segmentos									(2.187.599)	(2.286.215)
Ativos não segmentados									31.193.270	21.984.969
Total do ativo									125.196.579	101.742.944
Passivos segmentados	25.032.608	19.907.373	4.114.212	3.932.812	5.156.535	4.411.757	6.256.608	4.078.743	40.559.963	32.330.685
Eliminação entre segmentos									(2.187.353)	(2.286.406)
Passivos não segmentados									86.823.969	71.698.665
Total do passivo e patrimônio líquido									125.196.579	101.742.944

(i) CAC: compreende as operações em República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Barbados e Panamá.

(ii) América Latina - sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(iii) Saldos ajustados para fins comparativos conforme mudança de política contábil, vide Nota 3.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

(b) Informações adicionais - por unidades de negócio - exercícios findos em:

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados		Total	
	2020	2019 ⁽ⁱ⁾	2020	2019 ⁽ⁱ⁾	2020	2019 ⁽ⁱ⁾
Receita Líquida	25.953.049	23.765.472	4.243.451	4.364.412	30.196.500	28.129.884
Custo dos produtos vendidos	(11.941.665)	(10.037.942)	(2.171.203)	(2.058.372)	(14.112.868)	(12.096.314)
Lucro bruto	14.011.384	13.727.530	2.072.248	2.306.040	16.083.632	16.033.570
Despesas logísticas	(3.529.249)	(3.105.537)	(712.636)	(708.608)	(4.241.885)	(3.814.145)
Despesas comerciais	(3.008.839)	(2.720.975)	(435.228)	(403.833)	(3.444.067)	(3.124.808)
Despesas administrativas	(1.395.097)	(1.425.981)	(234.455)	(220.771)	(1.629.552)	(1.646.752)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.380.323	1.110.334	506.831	310.657	2.887.154	1.420.991
Itens não recorrentes	(173.791)	(328.234)	-	-	(173.791)	(328.234)
Lucro operacional (EBIT)	8.284.731	7.257.137	1.196.760	1.283.485	9.481.491	8.540.622
Resultado financeiro líquido	(663.899)	(1.408.906)	-	26.961	(663.899)	(1.381.945)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(7.253)	(5.590)	-	-	(7.253)	(5.590)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.613.579	5.842.641	1.196.760	1.310.446	8.810.339	7.153.087
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(203.109)	807.705	-	-	(203.109)	807.705
Lucro líquido do exercício	7.410.470	6.650.346	1.196.760	1.310.446	8.607.230	7.960.792
EBITDA ajustado	11.011.896	10.100.786	1.557.825	1.637.133	12.569.721	11.737.919
Itens não recorrentes	(173.791)	(328.234)	-	-	(173.791)	(328.234)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(2.553.374)	(2.515.415)	(361.065)	(353.648)	(2.914.439)	(2.869.063)
Resultado financeiro líquido	(663.899)	(1.408.906)	-	26.961	(663.899)	(1.381.945)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(7.253)	(5.590)	-	-	(7.253)	(5.590)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(203.109)	807.705	-	-	(203.109)	807.705
Lucro líquido do exercício	7.410.470	6.650.346	1.196.760	1.310.446	8.607.230	7.960.792
Margem EBITDA ajustado em %	42,4%	42,5%	36,7%	37,5%	41,6%	41,7%

(i) Saldos ajustados para fins comparativos conforme mudança de política contábil, vide Nota 3.

21 RECEITA LÍQUIDA

Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 ⁽ⁱ⁾	2020	2019 ⁽ⁱ⁾
Receita bruta de vendas e/ou serviços	41.371.205	39.193.350	85.221.187	76.286.613
Impostos sobre vendas	(10.758.898)	(10.245.624)	(18.259.703)	(16.431.258)
Descontos	(2.451.477)	(2.884.923)	(8.582.489)	(7.850.235)
	28.160.830	26.062.803	58.378.995	52.005.120

(i) Saldos ajustados para fins comparativos conforme mudança de política contábil, vide Nota 3.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 ⁽ⁱ⁾	2020	2019 ⁽ⁱ⁾
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	573.333	555.544	735.908	761.326
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos ⁽ⁱⁱ⁾	2.397.557	522.519	2.121.244	594.589
(Adições)/reversões de provisões	(23.402)	(19.954)	(70.060)	(37.790)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	80.036	41.464	27.225	30.712
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	170.004	172.832	(134.962)	123.823
	3.197.528	1.272.405	2.679.355	1.472.660

(i) Saldos ajustados para fins comparativos conforme mudança de política contábil, vide Nota 3.

(ii) O valor em sua maioria é referente ao ganho de créditos de PIS e COFINS conforme julgamento favorável da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo, detalhado na Nota 31 - *Contingências*.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2020 e 2019:

	Controladora			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	1.462.079	1.462.353	9.613	7.723
Despesas logísticas	355.360	347.251	-	-
Despesas comerciais	414.831	276.346	234.175	308.824
Despesas administrativas	181.999	118.097	149.392	117.992
	2.414.269	2.204.047	393.180	434.539

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	2.980.412	2.671.640	15.765	12.396
Despesas logísticas	441.646	649.053	-	-
Despesas comerciais	787.841	557.757	219.898	319.408
Despesas administrativas	453.632	272.013	276.098	195.426
	4.663.531	4.150.463	511.761	527.230

(i) Estes valores somados à R\$1.059.396 na controladora e R\$2.175.090 no consolidado (R\$1.058.962 e R\$1.976.646 em 31 de dezembro de 2019) mencionados na Nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$3.866.845 e R\$7.350.382, respectivamente (R\$2.529.038 e R\$4.660.682 em 31 de dezembro de 2019). O saldo remanescente de R\$13.003.849 na controladora e R\$19.715.717 no consolidado (R\$11.499.549 e R\$17.017.477 em 31 de dezembro de 2019), contabilizado em custo dos produtos vendidos corresponde a demais custos de produção.

24 ITENS NÃO RECORRENTES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos decorrentes de combinação de negócios	-	-	(18.202)	-
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	(39.809)	(32.831)	(146.493)	(101.765)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(9.315)	(5.387)
Anistia Estadual ⁽ⁱⁱ⁾	-	(290.084)	-	(290.084)
Impactos COVID-19 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(121.386)	-	(263.248)	-
Recolha de Stella	-	-	(14.752)	-
	(161.195)	(322.915)	(452.010)	(397.236)

(i) As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina - sul, CAC e Brasil.

(ii) O pagamento da Anistia no estado do Mato Grosso se trata de exigência para remissão de créditos relativos a incentivos fiscais, nos termos da Lei complementar nº 160/17, regulamentada pela lei complementar do estado do Mato Grosso nº 631/19.

(iii) As despesas de COVID-19 se referem aos (a) gastos administrativos adicionais para garantir a segurança de nosso time (aumento da frequência de limpeza em nossas unidades, disponibilização de álcool gel, máscaras para nossos funcionários); (b) doações; (c) iniciativas da Companhia com o ecossistema de clientes, que só foram necessárias em virtude da pandemia do COVID-19.

25 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com juros	(1.033.170)	(977.085)	(1.786.600)	(1.514.347)
Juros líquidos sobre planos de pensão	(22.920)	(22.227)	(117.202)	(105.264)
Perdas com derivativos e fundos de investimentos exclusivos ⁽ⁱ⁾	-	-	(1.919.269)	(1.286.056)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(152.648)	(97.704)	(208.794)	(163.856)
Variação cambial	(268.774)	(51.574)	(706.370)	(637.161)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(1.074.829)	(922.019)	-	(41.526)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(4.266)	(310.364)	(4.266)	(310.364)
Impostos sobre transações financeiras	(197.939)	(106.729)	(335.039)	(202.083)
Despesas com fiança bancária	(184.489)	(133.661)	(188.057)	(136.201)
Outros resultados financeiros	(65.528)	(18.955)	(164.871)	(172.154)
	(3.004.563)	(2.640.318)	(5.430.468)	(4.569.012)
Despesa financeira não recorrente	-	(101.925)	-	(179.421)
	(3.004.563)	(2.742.243)	(5.430.468)	(4.748.433)

(i) A variação refere-se, em sua maioria, ao Equity Swap, o qual sofre variações conforme a alteração no preço das ações.

A despesa financeira não recorrente refere-se ao pagamento da Anistia no estado do Mato Grosso no montante de R\$101.925 e à realização da variação cambial de empréstimos liquidados com partes relacionadas, historicamente reconhecida no patrimônio líquido, no montante de R\$77.496 em 31 de dezembro de 2019.

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev - consultar também a Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(485.267)	(266.048)	(775.962)	(520.883)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(547.903)	(711.037)	(1.010.638)	(993.464)
	(1.033.170)	(977.085)	(1.786.600)	(1.514.347)

(b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de juros	2.015.651	741.334	2.245.497	1.067.968
Juros e variação cambial sobre mútuo	109.803	39.000	10.559	-
Ganhos com derivativos e fundos de investimentos exclusivos	1.221.356	88.216	-	-
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	242.652	36.033	242.652	37.196
Outros resultados financeiros	12.773	14.944	49.925	26.268
	3.602.235	919.527	2.548.633	1.131.432
Receita financeira não recorrente	-	-	-	161.213
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	447.386	346.221
	3.602.235	919.527	2.996.019	1.638.866

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	66.840	165.540	234.591	454.736
Aplicação financeira em título para negociação	-	98	4.300	98
Outros recebíveis ⁽ⁱ⁾	1.948.811	575.696	2.006.606	613.134
	2.015.651	741.334	2.245.497	1.067.968

(i) Refere-se principalmente à atualização monetária do processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, maiores detalhes na nota 31 - *Contingências*.

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.211.345	1.135.185	(1.048.882)	(1.118.054)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(1.042.936)	231.794	(1.576.022)	277.074
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	(18.846)	(301.656)	862.372	86.307
Total do imposto de renda diferido	(1.061.782)	(69.862)	(713.650)	363.381
Resultado de imposto de renda e contribuição social	149.563	1.065.323	(1.762.532)	(754.673)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.229.831	10.714.642
Ajuste na base tributável		
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.330.400)	(1.332.321)
Participação nos resultados de controladas	(3.734.741)	(6.127.263)
Despesas não dedutíveis	92.334	53.563
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	447.181	203.289
Outras receitas não tributáveis	(6.230)	(37)
	6.697.975	3.511.873
Alíquota nominal ponderada agregada	34%	34%
Impostos a pagar - alíquota nominal	(2.277.312)	(1.194.037)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.217	2.217
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.132.158	2.545.056
Benefício fiscal da amortização de ágio	17.157	20.243
Imposto de renda retido na fonte	-	(2.309)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	124.439	(357.557)
Outros ajustes tributários	150.904	51.710
Imposto de renda e contribuição social	149.563	1.065.323
Alíquota efetiva de impostos	-1,33%	-9,94%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.494.441	12.943.005
Ajuste na base tributável		
Outras receitas não tributáveis ⁽ⁱ⁾	(630.786)	(1.067.110)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.624.940)	(1.896.018)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	43.284	22.310
Despesas não dedutíveis	356.472	378.238
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	463.007	210.873
	12.101.478	10.591.298
Alíquota nominal ponderada agregada	30,26%	28,94%
Impostos a pagar - alíquota nominal	(3.662.126)	(3.064.743)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	123.226	245.885
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.213.229	2.623.796
Benefício fiscal da amortização de ágio	77.462	80.548
Imposto de renda retido na fonte	(628.187)	(420.301)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	123.233	(377.408)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(50.543)	1.434
Outros ajustes tributários ⁽ⁱ⁾	41.174	156.115
Imposto de renda e contribuição social	(1.762.532)	(754.674)
Alíquota efetiva de impostos	13,06%	5,83%

(i) Saldos ajustados para fins de comparativo.

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: Trata-se de incentivos regionais vinculados, principalmente, à produção local e que, quando reinvestido, não é tributado para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual.
- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regramentos da Lei 12.973/14.
- Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos distribuídos e a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. O aumento do saldo em 2020 deve-se, principalmente, à variação cambial dos saldos mantidos em passivo.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), os quais são dedutíveis para fins de imposto de renda.

27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	1.368.204	1.567.278	3.736.525	3.700.606
Contribuições previdenciárias	442.975	452.926	851.770	822.876
Outros custos com pessoal	310.156	272.845	836.947	764.927
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	(10.078)	28.659	131.259	147.675
Remuneração baseada em ações	185.367	167.461	223.061	219.229
Contribuição para planos de contribuição definida	8.811	8.811	61.121	29.709
	2.305.435	2.497.980	5.840.683	5.685.022

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	1.059.396	1.058.962	2.175.090	1.976.646
Despesas logísticas	205.603	220.564	1.130.390	1.014.505
Despesas comerciais	364.095	335.528	1.333.763	1.231.321
Despesas administrativas	616.204	871.156	1.089.207	1.338.833
Resultado financeiro	22.920	6.432	44.130	89.203
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	(10.571)	2.223	1.291
Itens não recorrentes	37.217	15.909	65.880	33.223
	2.305.435	2.497.980	5.840.683	5.685.022

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de opções de compra de ações e de concessão de ações que permitem que os empregados e executivos que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias adquiram (por meio do exercício de opções de compra) ou recebam ações da Companhia.

Para todos os programas de opções de compra, o valor justo das opções é estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado “Binomial de Hull”, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de opções de compra de ações, conforme disciplinado no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano de Opções”), contempla dois tipos de outorga: (I) Outorga 1 - o beneficiário, conforme o caso, pode destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, cuja transferência a terceiros ou à própria Companhia somente é permitida após o prazo de cinco anos a contar da data do exercício das opções; e (II) Outorga 2 - o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de carência de cinco anos, pelo período de exercício de cinco anos.

Além disso, a Companhia implementou o Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações”), segundo o qual determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis para receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas “ações restritas”.

Adicionalmente, como meio de criar um incentivo de longo prazo (incentivo patrimonial) para alguns empregados seniores e membros da administração considerados como tendo “alto potencial”, a Companhia concede, no âmbito do Plano de Ações, ações com entrega futura separadas em dois lotes separados - Lote A e Lote B -, que serão entregues aos participantes do respectivo programa observados os períodos de maturação de cinco e dez anos, respectivamente.

O valor justo médio ponderado das opções e as premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opções da Companhia de 2020 e 2019 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$</i>	2020 ⁽ⁱ⁾	2019 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	4,04	4,50
Preço da ação	18,05	17,66
Preço de exercício	18,05	17,66
Estimativa de volatilidade	22,3%	23,8%
Carência (em anos)	5	5
Estimativa de dividendos	5%	5%
Taxa de juros livre de risco	6,8% ⁽ⁱⁱ⁾	7,8% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADRs é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2020	2019
Opções em aberto em 1º de janeiro	141.736	141.328
Opções outorgadas durante o exercício	22	24.593
Opções exercidas durante o exercício	(5.730)	(7.849)
Opções canceladas durante o exercício	(8.763)	(16.336)
Opções em aberto no final do exercício	127.265	141.736

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$11,97 (R\$0,001 em 31 de dezembro de 2019) até R\$43,95 (R\$34,37 em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio remanescente é de cerca de 6,43 anos (6,33 anos em 31 de dezembro de 2019).

Das 127.265 mil opções em aberto (141.736 mil em 31 de dezembro de 2019), 36.459 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2020 (46.640 mil em 31 de dezembro de 2019).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2020	2019
Opções em aberto em 1º de janeiro	18,53	16,16
Opções outorgadas durante o exercício	18,05	18,05
Opções canceladas durante o exercício	22,96	21,24
Opções exercidas durante o exercício	8,30	9,07
Opções em aberto no final do exercício	19,81	18,53
Opções exercíveis no final do exercício	23,70	19,12

Para as opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$15,23 (R\$18,68 em 31 de dezembro de 2019).

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 153 mil ações diferidas no âmbito do Plano de Opções (em dezembro de 2019, haviam sido concedidas 208 mil ações diferidas), as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$2.401 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.787 em 31 de dezembro de 2019). Tais ações diferidas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 21.066 mil (11.838 mil em 31 de dezembro de 2019) ações restritas no âmbito do Plano de Ações, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$315.399 em 31 de dezembro de 2020 (R\$211.728 em 31 de dezembro de 2019). Tais ações restritas sujeitam-se a um prazo de carência que pode variar de três a cinco anos a contar da data de sua concessão.

O número total de ações adquiridas ou concedidas, conforme o caso, no âmbito do Plano de Opção e do Plano de Ações, pelos funcionários, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas e ações restritas) está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2020	2019
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	7.926	12.308
Novas ações diferidas durante o exercício	153	208
Ações diferidas entregues durante o exercício	(1.901)	(4.167)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(113)	(423)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	6.065	7.926

<i>Em lotes de mil</i>	2020	2019
Ações restritas em aberto em 1º de janeiro	23.836	12.656
Novas ações restritas durante o exercício	21.066	11.838
Ações restritas canceladas durante o exercício	(1.444)	(658)
Ações restritas em aberto no final do exercício	43.458	23.836

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$185.367 na Controladora e R\$223.061 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$167.461 na Controladora e R\$219.229 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019), registrada na rubrica de despesa administrativa.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros (“Política”).

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *Full deliverable forwards*, *Non deliverable forwards*, *Swaps* e *Opções*. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro do período em que a inefetividade é identificada.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

Hedge Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Companhia, tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge de investimento no exterior: Refere-se, principalmente, às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação.

Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada: Conforme detalhado no item IV (d) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Dólar (Tranche A) e em Pesos Dominicanos (Tranche B) e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano e o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Consolidado								
2020								
			Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:			
Exposição	Risco	Nocional	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
Custo		(15.837.905)	15.588.464	364.496	(287.838)	(1.283.691)	1.599.088	1.489.486
	Commodity	(2.629.145)	2.379.704	343.852	(7.831)	(134.274)	(104.214)	157.425
	Dólar	(13.087.705)	13.087.705	8.728	(271.832)	(1.157.116)	1.725.953	1.429.962
	Euro	(50.817)	50.817	1.942	(287)	(3.299)	9.694	13.775
	Peso Mexicano	(70.238)	70.238	9.974	(7.888)	10.998	(32.345)	(111.676)
Ativo fixo		(1.042.485)	1.042.485	1.733	(31.276)	(274.632)	163.225	280.829
	Dólar	(1.042.485)	1.042.485	1.733	(31.276)	(274.632)	163.225	280.829
Despesas		(345.832)	345.832	473	(10.674)	(3.386)	6.116	2.657
	Dólar	(345.832)	345.832	473	(10.674)	(3.386)	6.116	2.657
Dívida		(233.216)	-	-	-	-	-	-
	Dólar	(4.864)	-	-	-	-	-	-
	Taxa de juros	(228.352)	-	-	-	-	-	-
Instrumento Patrimonial		(1.740.543)	700.901	142.634	-	(329.313)	-	-
	Preço das ações	(1.740.543)	700.901	142.634	-	(329.313)	-	-
Investimentos no exterior		-	-	-	-	1.046	-	(2.178)
	Dólar	-	-	-	-	1.046	-	(2.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(19.199.981)	17.677.682	509.336	(329.788)	(1.889.976)	1.768.429	1.770.794

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

								Consolidado
								2019
Exposição	Risco		Nocional	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:		
				Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido
Custo		(11.823.740)	11.630.267	122.211	(266.416)	(1.147.137)	873.418	652.921
	Commodity	(2.293.500)	2.100.027	36.767	(74.796)	(57.505)	(197.140)	(108.277)
	Dólar	(9.192.368)	9.192.368	44.319	(188.568)	(1.085.420)	1.132.742	795.511
	Euro	(177.565)	177.565	-	(3.052)	(3.277)	(4.272)	(8.790)
	Peso Mexicano	(160.307)	160.307	41.125	-	(935)	(57.912)	(25.523)
Ativo fixo		(816.909)	816.909	11.394	(53.782)	(279.880)	202.447	199.879
	Dólar	(816.909)	816.909	11.394	(53.782)	(279.880)	202.447	199.879
Despesas		(262.098)	262.098	2.229	(17.268)	(5.609)	4.802	2.748
	Dólar	(262.098)	262.098	2.229	(17.268)	(5.611)	4.960	2.854
	Rúpia	-	-	-	-	2	(158)	(106)
Caixa		-	-	-	-	(95)	-	-
	Taxa de juros	-	-	-	-	(95)	-	-
Dívida		(362.773)	-	-	-	5.876	-	-
	Dólar	(114.358)	-	-	-	570	-	-
	Taxa de juros	(248.415)	-	-	-	5.306	-	-
Instrumento Patrimonial		(1.873.396)	1.057.829	37.534	(17.904)	161.111	-	-
	Preço das ações	(1.873.396)	1.057.829	37.534	(17.904)	161.111	-	-
Investimentos no exterior		-	-	-	-	-	(28.487)	28.487
	Dólar	-	-	-	-	-	(28.487)	28.487
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(15.138.916)	13.767.103	173.368	(355.370)	(1.265.734)	1.052.180	884.035

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities* de alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios, e periodicamente essa estratégia é revisada.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros, dentro dos limites estabelecidos em nossa política de riscos. Em 2020, a Companhia não está aplicando *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2020	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	5,4%	3.002.394
Dívida em Peso Argentino	23,3%	4.468
Dívida em Peso Dominicano	9,8%	342.684
Dívida em Quetzal Guatemalteco	8,4%	15.346
Dívidas em outras moedas	8,1%	48.576
Dívida em Peso Boliviano	5,2%	178.919
Dívida em Dólar Americano	4,2%	4.864
Dívida em Dólar Canadense	3,5%	342.553
Taxa de juros pré-fixado		3.939.804
Dívida em Real Brasileiro	3,9%	852.424
Taxa de juros pós-fixado		852.424

	Consolidado	
	2019	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	10,4%	2.006.718
Capital de Giro em Peso Argentino	94,0%	24
Dívida em Peso Dominicano	10,0%	209.737
Dívida em Dólar Americano	4,7%	19.054
Dívida em Quetzal Guatemalteco	6,3%	12.009
Dívida em Dólar Canadense	3,5%	243.738
Outros	9,2%	126.252
Taxa de juros pré-fixado		2.617.532
Dívida em Real Brasileiro	9,3%	171.809
Dívida em Dólar Americano	4,1%	95.304
Dívida em Dólar Canadense	2,7%	472
Taxa de juros pós-fixado		267.585

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados

das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2020, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

Transação	Risco	Valor justo	Cenário Provável	Consolidado	
				Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço das <i>commodities</i>	336.021	113.440	(258.905)	(853.831)
Compras de insumos		(336.021)	(90.192)	321.265	978.552
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(259.363)	(369.156)	(3.561.553)	(6.863.742)
Compras de insumos		259.363	369.156	3.561.553	6.863.742
Efeito no custo		-	23.248	62.360	124.721
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(29.543)	(33.532)	(290.164)	(550.786)
Compra de <i>capex</i>		29.543	33.532	290.164	550.786
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(10.201)	(11.632)	(96.659)	(183.117)
Despesas		10.201	11.632	96.659	183.117
Efeito nas despesas		-	-	-	-
Dívidas	Desvalorização de moeda estrangeira	-	45	1.216	2.432
Despesas com juros	Aumento na taxa de juros	-	713	11.089	20.864
Efeito na dívida		-	758	12.305	23.296
<i>Hedge de Instrumento Patrimonial</i>	Desvalorização do preço das ações	142.634	95.558	(32.591)	(207.816)
Despesas		(142.634)	(35.004)	292.502	727.638
Efeito no Patrimônio Líquido		-	60.554	259.911	519.822
		-	84.560	334.576	667.839

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocial e Valor Justo por instrumento:

Exposição	Risco	Valor Nocial					Total
		2021	2022	2023	2024	>2024	
Custo		15.511.285	77.179	-	-	-	15.588.464
	Commodity	2.302.525	77.179	-	-	-	2.379.704
	Dólar	13.087.705	-	-	-	-	13.087.705
	Euro	50.817	-	-	-	-	50.817
	Peso Mexicano	70.238	-	-	-	-	70.238
Ativo fixo		1.042.485	-	-	-	-	1.042.485
	Dólar	1.042.485	-	-	-	-	1.042.485
Despesas		345.832	-	-	-	-	345.832
	Dólar	345.832	-	-	-	-	345.832
Instrumento Patrimonial		700.901	-	-	-	-	700.901
	Preço das ações	700.901	-	-	-	-	700.901
		17.600.503	77.179	-	-	-	17.677.682

Exposição	Risco	Valor Justo					Total
		2021	2022	2023	2024	>2024	
Custo		73.275	3.383	-	-	-	76.658
	Commodity	332.638	3.383	-	-	-	336.021
	Dólar	(263.104)	-	-	-	-	(263.104)
	Euro	1.655	-	-	-	-	1.655
	Peso Mexicano	2.086	-	-	-	-	2.086
Ativo fixo		(29.543)	-	-	-	-	(29.543)
	Dólar	(29.543)	-	-	-	-	(29.543)
Despesas		(10.201)	-	-	-	-	(10.201)
	Dólar	(10.201)	-	-	-	-	(10.201)
Instrumento Patrimonial		142.634	-	-	-	-	142.634
	Preço das ações	142.634	-	-	-	-	142.634
		176.165	3.383	-	-	-	179.548

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos” bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nominal (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Depósitos ou posições de caixa, se houver, devem ser mantidos em contas com bancos de primeira linha ou com classificação de crédito (*rating*) alta de cada país. Qualquer posição de natureza de curto prazo (menos de 6 meses) deve ser considerada como depósito ou posição de caixa.

O risco de contraparte deve ser gerido pela Companhia de forma global, com limites por produto estabelecidos pela tesouraria, considerando: (i) classificação de crédito (*rating*) da contraparte (ii) duração (iii) valor (iv) divisão entre ativos e passivos, na ausência de cláusula de compensação nos respectivos contratos de derivativos.

O risco de crédito de contraparte é reavaliado trimestralmente.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2020. Não havia concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2020 além do limite estabelecido pela política de risco da Companhia.

III. Risco de liquidez

A Companhia historicamente possui como fonte de seu caixa operacional o fluxo de caixa de suas atividades operacionais, emissão de dívida e empréstimos bancários.

As suas principais demandas de caixa incluem:

- Pagamento de dívidas
- Investimento em bens de capitais
- Investimento em companhias
- Aumento de participação em subsidiárias ou em companhias em que é acionista
- Programas de recompra de ações
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a linhas de crédito são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

Controladora							
2020							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	20.861.019	22.169.347	15.983.948	3.965.629	271.415	233.474	1.714.881
Empréstimos bancários com garantia	1.984.262	1.984.262	1.755.345	54.748	47.934	29.295	96.940
Empréstimos bancários sem garantia	2.283	2.283	1.209	1.074	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108.548	108.548	108.548	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	135.652	135.652	36.702	35.555	20.681	8.631	34.083
Arrendamentos	889.429	889.429	198.781	181.044	140.483	219.963	149.158
	23.981.193	25.289.521	18.084.533	4.238.050	480.513	491.363	1.995.062

Controladora							
2019							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	16.414.120	17.720.551	12.453.575	3.237.149	285.857	221.523	1.522.447
Empréstimos bancários com garantia	342.382	463.398	79.487	73.996	70.884	87.941	151.090
Empréstimos bancários sem garantia	2.930	3.269	253	248	2.768	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	106.611	138.323	15.856	122.467	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	126.352	126.352	40.378	34.724	23.164	5.725	22.361
Arrendamentos	1.142.882	1.715.713	340.271	369.578	278.242	255.549	472.073
	18.135.277	20.167.606	12.929.820	3.838.162	660.915	570.738	2.167.971

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Consolidado							
2020							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	32.353.261	33.694.240	27.340.481	4.015.286	272.153	424.502	1.641.818
Empréstimos bancários com garantia	2.179.142	2.360.153	2.038.391	82.611	61.674	51.568	125.909
Empréstimos bancários sem garantia	247.818	271.294	270.208	1.086	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108.548	124.404	124.404	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	135.652	307.674	52.872	42.065	31.236	19.126	162.375
Arrendamentos	2.121.068	2.715.036	532.732	558.307	398.092	566.179	659.726
	37.145.489	39.472.801	30.359.088	4.699.355	763.155	1.061.375	2.589.828

Consolidado							
2019							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	25.589.612	26.899.005	21.591.972	3.332.859	285.989	221.654	1.466.531
Empréstimos bancários com garantia	461.154	577.821	197.614	70.292	70.884	87.941	151.090
Empréstimos bancários sem garantia	212.668	214.522	21.149	190.604	2.769	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	106.611	141.712	15.856	122.467	-	3.389	-
Outros empréstimos sem garantia	134.466	261.927	56.205	49.154	41.414	13.801	101.353
Arrendamentos	2.147.905	2.766.595	572.184	616.217	466.326	447.618	664.250
	28.652.416	30.861.582	22.454.980	4.381.593	867.382	774.403	2.383.224

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

Risco de valor de ação

Por meio das operações de *equity swap* aprovadas em 19 de dezembro de 2019, 13 de maio de 2020 e 9 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 - *Informações gerais*), a Companhia, ou suas subsidiárias, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações (“ADRs”) de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2020, uma exposição equivalente a R\$1,7 bilhão (R\$1,9 bilhão em 31 de dezembro de 2019) em ações (ou ADRs) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em uma perda no resultado do exercício de R\$329.313 (ganho de R\$161.111 no resultado em 31 de dezembro de 2019).

IV. Gerenciamento de Capital

A Companhia está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes

países, a Companhia não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora		
	2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.547.817	-	4.547.817
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.836.644	-	4.836.644
Aplicações financeiras	152.446	9.172	161.618
Total	9.536.907	9.172	9.546.079
<u>Passivos financeiros</u>			
Contas a pagar	32.198.177	-	32.198.177
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.489.080	3.489.080
Empréstimos e financiamentos	3.120.174	-	3.120.174
Outros passivos	1.794.331	-	1.794.331
Total	37.112.682	3.489.080	40.601.762

	Controladora		
	2019		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.657.537	-	2.657.537
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	3.994.435	-	3.994.435
Aplicações financeiras	118.990	1.082.865	1.201.855
Total	6.770.962	1.082.865	7.853.827
<u>Passivos financeiros</u>			
Contas a pagar	26.254.564	-	26.254.564
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	2.950.489	2.950.489
Empréstimos e financiamentos	1.721.157	-	1.721.157
Outros passivos	994.609	-	994.609
Total	28.970.330	2.950.489	31.920.819

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	2020				2019				Controladora
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos Financeiros									
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	9.172	-	9.172	-	1.082.865	-	1.082.865	
	-	9.172	-	9.172	-	1.082.865	-	1.082.865	
Passivos Financeiros									
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	3.489.080	3.489.080	-	-	2.950.489	2.950.489	
	-	-	3.489.080	3.489.080	-	-	2.950.489	2.950.489	
	2020				2019				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos Financeiros									
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.700.028	-	-	1.700.028	14.558	-	-	14.558	
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	142.634	-	142.634	-	37.534	-	37.534	
Derivativos - Hedge operacional	85.461	281.241	-	366.702	25.156	110.678	-	135.834	
	1.785.489	423.875	-	2.209.364	39.714	148.212	-	187.926	
Passivos Financeiros									
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	3.493.780	3.493.780	-	-	3.092.240	3.092.240	
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-	-	17.904	-	17.904	
Derivativos - Hedge operacional	102.552	227.236	-	329.788	43.209	294.257	-	337.466	
	102.552	227.236	3.493.780	3.823.568	43.209	312.161	3.092.240	3.447.610	

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2019	2.950.489	3.092.240
Desembolso de investimento	-	(83.499)
Reclassificação	-	(73.499)
Total de ganhos e perdas no exercício	538.591	558.538
Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	(24.665)	(42.917)
Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	563.256	601.455
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020	3.489.080	3.493.780

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

(d) Valor justo dos passivos mensurados por meio do resultado

Em decorrência da negociação das opções concedidas sobre a participação na empresa Tenedora, assinamos o segundo aditivo do Acordo de Acionistas visando estender a parceria entre a Companhia e a ELJ. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Em 31 de dezembro de 2020, a soma das duas tranches detidas pela ELJ está valorizada em R\$3.489.080.

O valor justo da (i) Tranche A é calculado levando em consideração os juros determinados em contrato, acrescido da variação cambial, reduzido dos dividendos pagos entre a assinatura do aditivo até o exercício da opção.

O valor justo da (ii) Tranche B é calculado pelo múltiplo de EBITDA definido em contrato, descontado da dívida líquida da operação, trazido ao valor presente utilizando-se de técnicas usuais de modelagem financeira (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa WACC em moeda local na data base do cálculo). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e estão categorizadas como “Nível 3”.

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2020 um montante de R\$691.170 na Controladora e R\$798.903 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$667.005 na Controladora e R\$816.928 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cauções	691.170	667.005	799.011	817.036
Outros compromissos	-	-	1.629.881	1.245.169
	691.170	667.005	2.428.892	2.062.205
Compromissos contratuais com fornecedores	12.762.707	9.936.893	17.768.463	15.877.298
	12.762.707	9.936.893	17.768.463	15.877.298

Em 31 de dezembro de 2020, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$691.170 na Controladora e R\$2.428.892 no Consolidado (R\$667.005 na Controladora e R\$2.062.205 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019), incluindo R\$691.170 na Controladora e R\$729.174 no Consolidado (R\$667.005 na Controladora e R\$693.276 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2020, um montante de R\$691.170 na Controladora e R\$798.903 no Consolidado (R\$667.005 na Controladora e R\$816.928 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Menos de 1 ano	6.446.679	3.990.178	9.218.216	9.300.551
Entre 1 e 2 anos	2.271.269	3.565.524	2.934.802	3.861.872
Mais de 2 anos	4.044.759	2.381.191	5.615.445	2.714.875
	12.762.707	9.936.893	17.768.463	15.877.298

31 CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os processos classificados como prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 17 - Provisões.

A Companhia tem ações de natureza principalmente tributária, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ e CSLL	50.400.848	42.047.240	53.898.046	43.453.049
ICMS e IPI	21.431.402	20.346.218	23.299.284	22.226.320
PIS e COFINS	1.733.703	2.083.342	2.746.286	3.066.849
Outros	1.123.390	1.153.300	1.603.508	1.778.052
	74.689.343	65.630.100	81.547.124	70.524.270

Principais processos com probabilidade de perda possível

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Ágio Inbev Holding

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida, com pedidos de liminar deferidos em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu novo Auto de Infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesa. A Ambev obteve decisão parcialmente favorável na Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”) e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Em face dessa decisão, a Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela Câmara Superior do CARF (“CSRF”), os quais aguardam julgamento. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente admitido pela CSRF e, em relação à parcela inadmitida, a Ambev ingressou com medida judicial com pedido de liminar deferido em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em 31 de dezembro de 2020, relacionado a esta contingência, é de aproximadamente R\$10,2 bilhões (R\$10,1 bilhões em 31 de dezembro de 2019), em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited (“BAH”) na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável à Companhia. A Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela CSRF, os quais aguardam julgamento.

Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos Autos de Infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesas. Em abril de 2019, a DRJ proferiu decisões desfavoráveis em ambos os casos e a Companhia interpôs Recursos Voluntários para análise perante o CARF. Em novembro e dezembro de 2019, o CARF proferiu decisões parcialmente favoráveis e a Companhia interpôs Recursos Especiais para análise do caso pela CSRF. Um dos Recursos Especiais interposto aguarda análise de admissibilidade e o outro foi admitido e aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$2,3 bilhões (R\$2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Ágio CND Holdings

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Ambev interpôs Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF. Em fevereiro de 2020, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável. A Companhia e Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais, os quais aguardam o exame de admissibilidade e julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$1,0 bilhão (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Lucros auferidos no exterior

Desde o ano de 2005 a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Os processos em trâmite na esfera administrativa possuem decisões parcialmente favoráveis, ainda sujeitas a reexame pelo tribunal administrativo. Por sua vez, nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisão liminar favorável, para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, e sentenças de procedência, sujeitas a reexame pela instância superior.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em 31 de dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$7,3 bilhões (R\$7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2019), o qual em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período, com exceção de R\$53 milhões (R\$52,2 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

Em 2015, 2016 e 2020, a Companhia recebeu Autos de Infração da Receita Federal do Brasil referente a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa, bem como empréstimos relacionados com as atividades operacionais da Companhia. A Companhia apresentou defesas e, em novembro de 2019, a Ambev recebeu decisão favorável perante a primeira instância administrativa relativamente ao caso de 2016, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Relativamente aos casos de 2015 e 2020, a Companhia aguarda julgamento em primeira instância administrativa.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020, é de aproximadamente R\$5 bilhões (R\$4,8 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Com relação a um dos casos que abarca o ano-calendário de 2010, em novembro de 2019 foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a autuação.

Para os casos envolvendo os anos de 2015 e 2016, em janeiro de 2020, o CARF proferiu decisões desfavoráveis. Em relação aos casos do ano de 2015, a Companhia interpôs Recursos Especiais a CSRF, os quais aguardam julgamento. Por sua vez, com relação aos casos do ano de 2016, apresentou Embargos de Declaração, os quais aguardam julgamento. Ainda, com relação a esses períodos (2015 e 2016), foram lavrados autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL em razão da dedução de imposto de renda pago por controladas no exterior. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento pela primeira instância administrativa.

Em relação aos demais processos que discutem referido tema, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativas e judiciais.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$11,7 bilhões (R\$10,1 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva à Companhia pelo CARF, cancelando a autuação.

Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou Impugnação. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpôs recurso voluntário para o CARF.

A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$519,0 milhões (R\$506,9 milhões em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Lucro da Exploração

Em janeiro de 2020, a Arosuco, subsidiária da Companhia, recebeu autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente à glosa do benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração e apresentou impugnação administrativa. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$2,0 bilhões (inexistente em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Dedutibilidade de despesa do JCP

Em novembro de 2019, a Ambev recebeu uma autuação da Receita Federal referente à dedução dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no ano de 2014. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013 e seus impactos no incremento do cálculo do limite da dedutibilidade do JCP. Em agosto de 2020, foi proferida uma decisão parcialmente favorável à Companhia pela primeira instância administrativa e, em face dessa decisão, a Ambev interpôs Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF.

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu um novo auto de infração relacionado à dedução das despesas de JCP para os anos-calendários de 2015 e 2016. A Companhia apresentou defesa em janeiro de 2021 e aguarda julgamento.

A Companhia distribuiu JCP nos exercícios seguintes ao período autuado. Dessa maneira, caso a dedutibilidade do JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases do auto de infração referido, a Companhia estima que a conclusão da discussão seja semelhante ao presente caso, e, portanto, manteve o efeito da dedutibilidade do JCP em sua alíquota efetiva do Imposto de Renda.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$10,2 bilhões (R\$3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a

Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2020, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia na esfera administrativa. Algumas dessas decisões ainda estão sujeitas a reexame. O caso em andamento na esfera judicial ainda está em estágio inicial.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos em dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$1,7 bilhões (R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2019), classificados como perda possível.

ICMS e IPI

ICMS Guerra Fiscal

Ao longo dos anos, a Companhia, e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em agosto de 2020 o STF julgou, pela sistemática de repercussão geral, o RE 628.075 em que foi reconhecida a constitucionalidade da glosa unilateral, pelos Estados de destino, dos créditos de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A decisão também reconheceu que eventual cobrança destes créditos deve preservar os efeitos da convalidação dos incentivos fiscais conforme disposto na Lei Complementar nº 160/2017. Essa decisão está sujeita a recurso e não altera a probabilidade de perda dos casos em curso envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em dezembro de 2020, é de aproximadamente R\$2,0 bilhões (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019), classificados como de perda possível.

ICMS - ST Gatilho

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

A Ambev estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2020, é de aproximadamente R\$8,6 bilhões (R\$7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Foram feitas provisões no valor total de R\$7,6 milhões (R\$8,3 milhões em 31 de dezembro de 2019) para casos específicos em que a Ambev estima que as chances de perda são prováveis por questões processuais.

ICMS - PRODEPE

Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE" por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos Autos de Infração por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev recebeu um novo Auto de Infração para discutir a mesma matéria. Nesse novo caso, em junho de 2020 foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo erros do auditor fiscal no cálculo do incentivo. A parcela favorável da decisão é definitiva e, para a parcela desfavorável, a Companhia apresentou recurso, que aguarda julgamento. Além disso, existem outros autos de infração relacionados ao tema.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em dezembro de 2020, seja de aproximadamente R\$615,1 milhões (R\$591,9 milhões em dezembro de 2019), classificados como perda possível. Foi feita uma provisão no valor total de R\$5,0 milhões (R\$4,9 milhões em dezembro de 2019), para um dos casos em que a Ambev estima que as chances de perda são parcialmente prováveis.

Zona Franca de Manaus - IPI e PIS/COFINS

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos e/ou sujeitos à alíquota zero de IPI e PIS/COFINS. Com relação ao IPI, as unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido Autos de Infração glosando estes créditos.

Além disso, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil (i) exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados aos casos em discussão, e (ii) PIS/COFINS com relação às remessas da Arosuco.

Em abril de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, autorizando os

contribuintes a registrarem créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da Zona Franca de Manaus. Por conta disso, a Companhia reclassificou parte dos valores relacionados aos processos de IPI para perda remota, mantendo como perda possível apenas os valores relacionados com outras discussões adicionais que não foram objeto de análise pelo STF.

A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em dezembro de 2020, é de aproximadamente R\$4,8 bilhões (R\$4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2019), classificados como perda possível.

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2020, a Ambev obteve decisão final parcialmente favorável na esfera administrativa em um dos processos em curso. Na esfera judicial, o caso ainda está em estágio inicial.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em dezembro de 2020, é de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,7 bilhão em dezembro de 2019), classificados como perda possível.

ICMS - AM

Em 2016 a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. A Companhia está discutindo a matéria no tribunal administrativo do Estado. Após decisão de primeira instância desfavorável à Companhia, foram apresentados recursos, que aguardam julgamento. A Companhia estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em dezembro de 2020, é de aproximadamente R\$509,8 milhões (R\$499 milhões em dezembro de 2019), classificados como perda possível.

Contingências ativas

De acordo com a IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, um ativo deve ser reconhecido somente se i) a realização do ganho for praticamente certa; e ii) se o valor puder ser estimado com razoável segurança.

A administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas

pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito mas uma mensuração objetiva e confiável.

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu, no julgamento do RE 574.706/PR, com repercussão geral reconhecida, pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Atualmente, estão pendentes de julgamento Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional requerendo o saneamento de suposta obscuridade quanto ao critério de cálculo da parcela do ICMS passível de ser excluída das bases de cálculo das referidas contribuições (ICMS “a pagar” versus ICMS “destacado”) e a modulação da decisão proferida pelo STF para que esta produza efeitos somente a partir da data do julgamento dos aclaratórios.

A Companhia e suas controladas possuem diversas ações judiciais discutindo o tema, algumas com decisões favoráveis já transitadas em julgado. Em virtude de o regime tributário federal aplicável ao setor de bebidas ter sofrido mudanças ao longo do tempo, a Companhia possui ações judiciais que se referem a três períodos distintos, a saber: (i) 1990 a 2009, (ii) 2009 a 2015 (quando estava em vigor o chamado “REFRI” – Regime Especial de Bebidas Frias, de acordo com o artigo 58-J da Lei nº 10.833, de 2003) e (iii) de 2015 até o presente momento (também conhecido como “Novo Modelo de Tributação”).

Em 2018, 2019 e 2020, a Companhia e suas controladas reconheceram, em conformidade com o IAS 37/CPC 25, créditos tributários a recuperar no valor de R\$5,4 bilhões, dos quais R\$1,1 bilhão está relacionado aos períodos de 1990 a 2009 e pós-Março de 2017 (“Novo Modelo”) até a respectiva decisão e R\$4,3 bilhões relacionados ao período de 2009 a 2015 (conforme explicado abaixo), de acordo com (i) a realização do ganho ser praticamente certa de acordo com as circunstâncias específicas de cada caso concreto; e (ii) o valor poder ser estimado com razoável segurança, mediante o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito.

Conforme mencionado acima a Companhia registrou um crédito tributário no valor de R\$4,3 bilhões (antes dos efeitos fiscais), sendo R\$2,5 bilhões em Outras receitas operacionais, (conforme descrito na Nota Explicativa 22 - *Outras Receitas (Despesas Operacionais)*), e R\$1,8 bilhão em Receitas financeiras (conforme descrito na Nota Explicativa 25 - *Despesas e Receitas Financeiras*), relativamente a ação judicial com decisão transitada em julgado que reconheceu o direito da Companhia (e suas controladas) de restituir os valores pagos a maior enquanto vigente o REFRI. Além de se tratar de ganho praticamente certo diante das circunstâncias do caso concreto, o referido valor pôde ser estimado com razoável segurança após a realização de um conjunto de análises (com a assessoria de consultores externos), que permitiram: (i)

mensurar o ICMS total contido nos preços de venda a varejo que foram pesquisados pelo Governo Federal à época e que impactaram os preços de referência utilizados como base de cálculo do PIS e da COFINS; e (ii) calcular a exclusão desse ICMS total das bases de cálculo do PIS e da COFINS nas operações praticadas pela Companhia.

Além disso, com relação às operações realizadas após a decisão do STF, a Companhia e suas controladas possuem decisões judiciais vigentes (em ações judiciais ajuizadas anteriormente à decisão do Supremo Tribunal Federal) que asseguram a exclusão do ICMS “destacado” das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que correspondeu ao total de R\$2,7 bilhões líquidos dos valores mencionados acima. Esse valor representa uma redução na despesa de PIS e COFINS, uma vez que, não se refere a créditos extemporâneos.

Para períodos do Novo Modelo anteriores à decisão do Supremo, a Companhia estima que o ativo contingente corresponda a aproximadamente R\$1,9 bilhão, o qual será reconhecido na medida em que a realização do ganho for praticamente certa diante das circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto e mediante a confirmação da estimativa dos valores com razoável segurança.

32 ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa não realizado sobre derivativos	-	-	-	(2.112)
Valor justo de opção concedida	238.386	(274.334)	238.386	(274.331)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	232.545	339.189
Aquisição de investimento a pagar	-	-	21.096	20.000
Provisão de tributos	-	-	108.872	-

33 PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Partes Relacionadas e Condutas Concorrenciais da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos a tais transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que

a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações e ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, conforme mencionado na Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	25.961	31.176
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	42.655	41.231
Total da remuneração do pessoal-chave da Administração	68.616	72.407

(i) Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções, ações diferidas e ações restritas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações e de remuneração baseado em ações (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrener é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social total. A Fundação Zerrener é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram

integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas.

A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$237.860 (R\$259.581 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$209.822 e R\$28.038 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$229.579 e R\$30.002 em 31 de dezembro de 2019 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerenner, no valor total de R\$22.439, com vencimento em 31 de dezembro de 2022.

c) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerenner, cujos termos de renovação estão em processo de negociação, sendo que atualmente tal contrato está em vigor por prazo indeterminado.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá e na Argentina, e acordos de venda e distribuição de produtos Budweiser na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, na Nicarágua, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na Costa Rica e em Porto Rico. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$2.067 (R\$1.779 em 31 de dezembro de 2019) e R\$643.960 (R\$456.908 em 31 de dezembro de 2019) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Transações com partes relacionadas

Controladora					
2020					
Circulante	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
AB USA	1.538	(7.966)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	20	-	-	(898.526)	-
Arosuco	145.037	(752.712)	-	-	-
Cervejaria ZX	10.362	(10.895)	356	-	-
CRBS	1.459.735	(97.254)	-	-	-
Cympay	-	(44.989)	-	-	-
Labatt Brewing	2.035	-	-	(124.203)	-
Maltería Pampa	2.369	(53.626)	-	-	-
Maltería Uruguay	-	(4.949)	-	-	-
Monthiers	-	(9.696)	-	(4.838)	-
Outras	175.397	(78.356)	14	-	(746.207)
	1.796.493	(1.060.443)	370	(1.027.567)	(746.207)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Controladora					
2019					
Circulante	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a receber
AB InBev	19.020	(9.722)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	9	(31)	-	(20.281)	-
Arosuco	163.897	(1.391.161)	-	-	142.492
Cervecería Modelo	8.584	(1.441)	-	-	-
CMQ	17.866	(30.308)	-	-	-
CRBS	619.393	(164.168)	-	-	-
Cympay	4	(61.541)	-	-	-
Incrível	3.734	(15.225)	14	-	-
Labatt Brewing	1.901	(197)	-	(127.575)	-
Maltería Pampa	96	(20.110)	-	-	-
Maltería Uruguay	-	(42.559)	-	-	-
Outras	87.892	(54.791)	2.625	(3.330)	5.952
	922.396	(1.791.254)	2.639	(151.186)	148.444

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

	2020		Controladora	
	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Contas a pagar
Não circulante				
Ambev Luxemburgo	-	-	-	(862.571)
Arosuco	-	(2.214.307)	-	(2.214.307)
Labatt Brewing	-	(17.332.564)	-	(13.180.123)
Monthiers	-	(13.493)	-	(10.466)
Outras	54.322	-	54.322	-
	54.322	(19.560.364)	54.322	(16.267.467)

	Consolidado				
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Dividendos a pagar	Dividendos a receber
Circulante					
AB Africa	4.584	-	-	-	-
AB InBev	28.621	-	(84.639)	-	-
AB Package	4	-	(320.999)	-	-
AB Services	11.250	-	(1.743)	-	-
AB USA	36.738	6.176	(250.129)	-	-
Ambrew	-	-	-	(98.709)	-
Bavaria	976	-	(11.303)	-	-
Cerveceria Modelo	5.081	-	(400.033)	-	-
Cervecerías Peruanas	1.394	-	(10.907)	-	-
Inbev	865	79.144	(19.419)	-	-
ITW International	-	-	-	(647.498)	-
Panamá Holding	18.848	-	(13.075)	-	1.632
Outras	10.229	1.079	(44.850)	-	-
	118.590	86.399	(1.157.097)	(746.207)	1.632

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	Consolidado			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾
Circulante				
AB InBev	24.847	-	(46.678)	-
AB Procurement	1.081	-	(176)	-
AB Services	15.537	-	(2.002)	-
AB USA	38.756	4.504	(180.908)	-
Bavaria	607	-	(63.968)	-
Cerveceria Modelo	16.059	-	(223.141)	-
Inbev	687	64.519	(23.866)	-
ITW International	-	-	(223.733)	(108.895)
Panamá Holding	27.238	166	(173)	-
Outras	18.736	803	(126.072)	(41)
	143.548	69.992	(890.717)	(108.936)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	Consolidado	
	2020	2019
Não circulante		
ITW International	(420.495)	-
	(420.495)	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

Empresa	Controladora				
	2020				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	306	(164)	(82.853)	664	3.254
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(143.963)
Arosuco	104.932	125.567	(1.490.799)	-	953
Bucanero	-	-	-	-	6.195
Cerveceria Paraguaya	68.112	(889)	(22.656)	-	3.517
CMQ	39.961	(262)	(211.071)	-	11.917
CND	-	5	-	-	(29.475)
CRBS	7.546.346	64.786	(2.219)	4	272
Cympay	-	-	(322.770)	-	(1.379)
Menu ponto Com	-	-	-	1.028	-
Incrível	80	1.678	(93.107)	-	1.640
Labatt Brewing	-	5	-	-	(812.582)
Maltería Pampa	5.114	-	(470.262)	-	1.480
Maltería Uruguay	-	-	(252.960)	-	(3.434)
Outras	59.108	8.365	(126.996)	(402)	(3.421)
	7.823.959	199.091	(3.075.693)	1.294	(965.026)

Empresa	Controladora				
	2019				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	-	862	(56.884)	-	(609)
AB USA	-	22	(34.348)	-	414
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(144.998)
Arosuco	74.272	113.121	(2.139.591)	(2)	1.426
CRBS	7.311.466	58.572	(2.443)	(1)	447
Labatt Brewing	-	6	-	-	(722.263)
Maltería Pampa	-	-	(563.561)	-	(3.290)
Maltería Uruguay	-	-	(205.715)	-	2.909
Outras	84.962	6.602	(716.935)	(197)	(17.054)
	7.470.700	179.185	(3.719.477)	(200)	(883.018)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

					Consolidado
					2020
Empresa	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	306	-	(80.578)	(9.928)	6
AB Package	-	-	(159.152)	-	-
AB Procurement	231	-	(609)	(17.345)	-
AB USA	35.230	-	(977.014)	(3.160)	(1)
Bavaria	26.080	-	(47.973)	-	-
Cervecería Modelo	(52)	-	(1.269.600)	-	-
Cervecerías Peruanas	13.318	-	(40.319)	-	-
GCC India	-	-	-	(7.256)	-
Inbev	(931)	-	(102.335)	-	-
ITW International	-	-	-	-	10.554
Oriental Brewery	1.947	-	-	-	-
Outras	8.514	175	(83.872)	-	1.473
	84.643	175	(2.761.452)	(37.689)	12.032

					Consolidado
					2019
Empresa	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB Package	-	-	(74.624)	-	-
AB USA	52.170	13	(802.312)	(2.571)	-
Cervecería Modelo	145	-	(1.023.923)	(2.089)	-
Inbev	-	-	(159.256)	-	-
ITW International	-	-	-	-	(41.530)
Outras	4.667	344	(334.188)	(17.029)	4
	56.982	357	(2.394.303)	(21.689)	(41.526)

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH ("AB Procurement")
Ambev Luxembourg S.A.R.L. ("Ambev Luxemburgo")
Ambrew S.A.R.L. ("Ambrew")
Anheuser-Busch InBev Africa (Pty) Ltd. ("AB Africa")
Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev")
Anheuser-Busch InBev Services LLC ("AB Services")
Anheuser-Busch InBev USA LLC ("AB USA")
Anheuser-Busch Packaging Group Inc. ("AB Package")
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ("Arosuco")
Bavaria S.A. ("Bavaria")
Cerveceria Bucanero S.A. ("Bucanero")
Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. ("Cervecería Modelo")
Cerveceria Nacional S de RL ("Panamá Holding")
Cervecería Nacional Dominicana, S.A. ("CND")
Cerveceria Paraguaya S.A. ("Cervecería Paraguaya")
Cervecería y Maltería Payssandú S.A. ("Cympay")
Cerveceria y Malteria Quilmes S.A.I.C.A. y G. ("CMQ")
Cervejaria ZX S.A. ("Cervejaria ZX")

CRBS S.A. ("CRBS")
GCC Services India Private Ltd. ("GCC India")
Inbev Belgium N.V. ("Inbev")
Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. ("Incrível")
Interbrew International B.V. ("ITW International")
Labatt Brewing Company Limited ("Labatt Brewing")
Maltería Pampa S.A. ("Maltería Pampa")
Maltería Uruguay S.A. ("Maltería Uruguay")
Menu pontoCom Comércio Eletrônico e Representação S.A.
("Menu pontoCom")
Monthiers S.A. ("Monthiers")
Oriental Brewery Co. Ltd. ("Oriental Brewery")
Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. ("Cervecerías
Peruanas")

34 COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo:

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,75%
Charcas 5160 - Buenos Aires	

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,67%
Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz	

Brasil

AMBEV S.A.	Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo	Consolidadora

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM	

CRBS S.A.	100,00%
Avenida Antártica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	

CERVEJARIA Z.X. S.A.	100,00%
Avenida Antártica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Canadá

LABATT BREWING COMPANY LTD. 100,00%
207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto

Chile

CERVECERIA CHILE S.A. 100,00%
Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Comuna
de Quilicura - Santiago

Espanha

JALUA SPAIN, S.L. 100,00%
Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canárias

Luxemburgo

AMBEV LUXEMBOURG 100,00%
15 Breedewues - L1259 - Senningerberg

Guatemala

INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO S.A. 50,00%
KM 122 Ruta al Atlantico - C.P 01012 Teculután, Zacapa

Paraguai

CERVECERIA PARAGUAYA S.A. 87,36%
Ruta Villeta KM 30 - Ypané

República Dominicana

CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. 84,71%
Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional

Uruguai

LINTHAL S.A. 100,00%
25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo

CERVECERIA Y MALTERIA PAYSANDU S.A. 99,93%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo

MONTHIERS S.A. 100,00%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo

Panamá

Cervecería Nacional S. de R.L. 100,00%
Planta Pasadena, vía Ricardo J Alfaro y Simón Bolívar,
ciudad de Panamá, Rep. De Panamá

35 SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.